

COMISSÃO EPISCOPAL DE JUSTIÇA E PAZ
GRUPO DE REFLEXÃO INTERDIOCESANA (GRI)

A PARTICIPAÇÃO DO CRISTÃO CATÓLICO NA VIDA SOCIAL E
POLÍTICA EM MOÇAMBIQUE



Estudo Realizado nas Dioceses de Lichinga, Pemba, Nampula, Nacala, Gurué, Quelimane, Tete, Chimoio, Beira, Inhambane, Xai-Xai e Maputo - Moçambique

Coordenador
Frei Alfredo Manhiça, PhD

Pemba, Outubro de 2018

COMISSÃO EPISCOPAL DE JUSTIÇA E PAZ
GRUPO DE REFLEXÃO INTERDIOCESANA (GRI)

A PARTICIPAÇÃO DO CRISTÃO CATÓLICO NA VIDA SOCIAL E
POLÍTICA EM MOÇAMBIQUE

Estudo Realizado nas Dioceses de Lichinga, Pemba, Nampula, Nacala, Gurué,
Quelimane, Tete, Chimoio, Beira, Inhambane, Xai-Xai e Maputo

Coordenador
Alfredo Manhiça

Equipa Técnica:

Alberto Ernesto
Albino Macuacua
André José Caramba
Arsénio Luciano Subuana
Aurélio Jumbe
Aventina Matusse
Benito Marcolino Germano
Fernando Manuel
Graça João Caetano
Hermenegildo Sira Rogério
Ir. Pilar De La Puerta
João Manuel Mabuteia Dambiro
Pe Elton João C. Laissonne
Pe Ciprísio Fidel Salazar del Muro
Thomas Selemane
Tipito Assane
Xadrique Fernando

RESUMO

A percepção crescente da importância da acção colectiva na transformação da sociedade faz com que o tema sobre a participação na política se torne objecto de estudo, não só nas investigações mais propriamente das ciências políticas, mas também de todas as outras disciplinas humanísticas. É neste contexto que a Comissão Episcopal de Justiça e Paz, inquietada pelo avolumar-se das dificuldades de convivência pacífica entre os moçambicanos, fundadas na violação sistemática das regras básicas de boa convivência, e consciente da positiva influência que o Espírito evangélico poderia exercer na promoção da paz, solidariedade recíproca entre grupos de interesses diversificados, promoção da justiça social e bem comum, promoveu, através do Grupo de Reflexão Interdiocesano (GRI), este estudo tencionado a indagar sobre a *Participação do Cristão Católico na vida Social e Política em Moçambique*.

Além de indagar sobre as modalidades e o grau de participação dos cristãos católicos nos assuntos sociais e políticos, a pesquisa indagou também sobre o espírito que está na base ou nutre o envolvimento dos cristãos nas questões sociais e políticas.

A pesquisa foi feita nas doze (12) dioceses do país, por um total de catorze (14) pesquisadores subdivididos em quatro (4) subgrupos. O levantamento de dados de pesquisa foi feito através de entrevistas semiestruturadas, técnica preferida pela sua capacidade de facilitar a percepção e avaliação dos fenómenos sociais. O tratamento de dados foi feito através do método descritivo-interpretativo, auxiliado por uma análise comparativa.

Os resultados aos quais o estudo chegou, confirmam a hipótese de partida, segundo a qual a participação dos cristãos católicos na vida social e política do país é muito baixa porque manifesta uma dificuldade em estabelecer uma conexão entre o seu ser cristão e os deveres que sobre ele pesam enquanto cidadão. O hiato entre o ser cristão e o ser cidadão é consequência, principalmente, pela falta de conhecimento da Doutrina Social da Igreja e, por sua vez, esta não é suficientemente conhecida pelos cristãos católicos moçambicanos porque não se tem prestado uma especial atenção à sua difusão.

Dado que um dos objectivos do estudo era indagar sobre como fazer com que o rico património espiritual da Doutrina Social da Igreja sirva de motor impulsionador do empenho ulterior dos cristãos católicos na vida social e política, o presente estudo elenca também algumas recomendações concernentes algumas ações que se poderiam pôr em prática, de modo a fazer com que a DSI configure o tipo de participação a ser aportada pelos cristãos na esfera social e política do país.

Palavras-chaves: **Participação, Política, Cidadão, Cristão Católico, Doutrina Social da Igreja, Solidariedade.**

ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

AA – Apostolicam Actuositatem

AGP - Acordo Geral da Paz

AT – Antigo Testamento

CDSI - Compêndio da Doutrina Social da Igreja

CEJP - Comissão Episcopal de Justiça e Paz

CEM - Conferência Episcopal de Moçambique

CHL – Christifideles Laici

CRM - Constituição da República de Moçambique

DSI - Doutrina Social da Igreja

EG – Evangelii Gaudium

GRI - Grupo de Reflexão Inter-diocesano

GS - Gaudium et Spes

IMBISA – Associação Inter-Regional dos Bispos da África Austral

LG – Lumen Gentium

NT – Novo Testamento

PCJP – Pontifício Conselho Justiça e Paz

PT – Pacem in Terris

STV – Soico Televisão

ÍNDICE

| | |
|--|----|
| RESUMO..... | i |
| ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS..... | ii |
| INTRODUÇÃO | 1 |
| Justificativa: por quê esta pesquisa?..... | 2 |
| Problematização: os cristãos católicos devem ou não participar da política? | 3 |
| Objectivos da Pesquisa: para quê uma pesquisa sobre a participação do cristão católico na vida social e política?..... | 4 |
| Hipóteses da pesquisa | 5 |
| Limitações da Pesquisa | 5 |
| CAPÍTULO I | 6 |
| REVISÃO DA LITERATURA..... | 6 |
| I.1 A Política na Sagrada Escritura | 7 |
| I.2 Participação activa dos cristãos na vida social e política, segundo a Doutrina Social da Igreja (DSI) | 8 |
| I.3 A Igreja de Moçambique e a participação activa na vida social e política | 14 |
| CAPÍTULO II | 17 |
| RECOLHA E SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS..... | 17 |
| II.1 Etapas da operacionalização da pesquisa..... | 18 |
| II.2 População objecto do estudo | 18 |
| II.3 Instrumentos de recolha e sistematização dos dados | 19 |
| II.3.1 Representação esquemática: pergunta de partida e categorias de investigação..... | 20 |
| II.3.2 Relação entre os objectivos e as técnicas..... | 21 |
| II.3.3 Relação entre categorias, objectivos e perguntas | 22 |
| CAPÍTULO III | 24 |
| DEFINIÇÃO DAS CATEGORIAS..... | 24 |
| III.1 Participação do cristão católico na vida social e política | 24 |
| III.1.1 Orgulho e cepticismo..... | 24 |
| III.1.2 Divergências de opiniões | 25 |
| III.1.3 Compromisso do cristão numa sociedade onde os valores sociais básicos não têm sido respeitados | 25 |
| III.2 Condicionamentos da participação dos leigos na vida sociopolítica..... | 26 |
| III.2.1 Falta de compromisso com a fé..... | 27 |
| III.2.2 Falta de orientação precisa da parte da hierarquia Eclesiástica | 28 |
| III.2.3 Má conduta dos eclesiásticos e animadores das comunidades cristãs..... | 28 |

| | |
|---|-----------|
| III.3 Factores que favorecem ou impedem a participação eficaz na vida social e política | 28 |
| III.3.1 <i>Factores que favorecem a participação do cristão na vida social e política</i> | 28 |
| III.3.2 <i>Factores que impedem a participação efetiva do cristão na vida social e política....</i> | 29 |
| III.4 Acções necessárias para uma participação efetiva dos cristãos católicos na vida social e política do país..... | 30 |
| III.5 Conhecimento sobre a Doutrina Social da Igreja | 31 |
| III.5.1 <i>Acções necessárias para o incremento do conhecimento da DSI</i> | 32 |
| III.6. Acções necessárias para que a DSI influencie no desempenho das funções políticas e administrativas | 33 |
| CAPÍTULO IV | 34 |
| ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS | 34 |
| IV.1 Perfil dos entrevistados: influentes/ não-influentes | 34 |
| IV. 2 Participação activa na vida social e política: uma experiência ambígua..... | 34 |
| IV.3 O compromisso cristão na vida da paróquia/comunidade..... | 35 |
| IV.4 O fraco conhecimento da DSI pelos cristãos católicos | 36 |
| IV.5 O cristão católico e a própria experiência de cidadania..... | 36 |
| IV.6 O cristão católico e a sua participação nos pleitos eleitorais..... | 36 |
| IV.7 Síntese da discussão dos resultados da pesquisa..... | 37 |
| CAPÍTULO V..... | 39 |
| CONCLUSÕES GERAIS E RECOMENDAÇÕES | 39 |
| V.1 Considerações finais..... | 41 |
| V.2 Recomendações | 41 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 43 |
| APENDICES..... | 45 |

INTRODUÇÃO

A percepção crescente da importância da ação colectiva na transformação da sociedade faz com que o tema sobre a participação na política se tornasse objecto de estudo, não só nas investigações mais propriamente das ciências políticas, mas também de todas as outras disciplinas humanísticas.

Aliás, o conceito em si de cidadão deixou de designar o indivíduo que apenas habita na cidade (Estado), mas sobretudo aquele que tem o direito de gozar de direitos civis e políticos do Estado em que nasceu (ou vive de forma permanente), e desempenha ativamente os seus deveres de cidadão. Considera-se, portanto, cidadão, aquele que exerce o direito de participação política, aquela pessoa que não está apenas preocupada com questões privadas, mas ocupa-se também das questões públicas.

Aliás, mantendo firme, por um lado, a asserção segundo a qual o interesse generalizado pelo tema sobre a participação política cresceu muito só recentemente, por outro lado, já desde a antiguidade o tema sobre a participação do cidadão nas questões públicas esteve presente na reflexão filosófica. Aristóteles (1984), no seu ensaio intitulado '*A política*', apontando para o Homem como o único animal dotado de capacidade de pensar, esta propriedade faz dele um animal político por natureza, porque é o único que vive em sociedade, graças à sua racionalidade. Este carácter social do Homem fez com que desde os primórdios da humanidade, ele procurasse encontrar a melhor forma de organizar e sistematizar os vários aspectos da sua convivência com os outros. E tal participação do Homem na vida da *Pólis* foi sempre vista como o fermento necessário e fundamental para a construção de uma cidade fundada nos princípios de justiça e igualdade.

É assim que se pode deduzir que desde as origens – antes das organizações primitivas historicamente reconhecidas – pesa sobre cada pessoa humana, enquanto membro de uma sociedade (Estado) e possuidor de uma dignidade própria, o dever de contribuir, com tudo o que é e tem, para a construção e perfeição do organismo (Estado) no qual convergem os diferentes interesses das partes.

Nesta linha, como em muitas outras constituições dos Estados modernos, a Constituição da República de Moçambique (CRM) prevê os mecanismos através dos quais o cidadão exerce os seus direitos e deveres políticos.

Os cristãos católicos moçambicanos, enquanto membros de uma comunidade politicamente organizada, e dotados de um rico património moral e cultural, capaz de contribuir na construção da consciência do bem comum e convivência pacífica, são chamados a participar ativamente nos processos de construção de um Estado de Justiça Social.

O diálogo entre a religião e a política, sempre esteve presente no cristianismo, bem como na própria Sagrada Escritura, não obstante o cristianismo não tenha, em nenhum momento, definido a participação do cristão na política como a forma ou o mecanismo por excelência para a construção de um Estado justo e próspero.

O que faz com que a acção política de todos os segmentos sociais, embora útil e necessária, não seja o caminho por excelência para a construção de uma convivência pacífica e justa é porque o cristianismo, sem fugir da orientação metafísica, introduziu uma novidade no

conceito de “bem” ao deslocar o eixo do fim último da vida humana, de um valor bom em si mesmo, para um bem que está em Deus.

Se para as concepções filosóficas da antiga Grécia, a felicidade era atingida no próprio ser, no cristianismo, ela se encontra no plano transcendental e atingi-la requer apreender o Fim Último que se encontra em Deus.

Essa alteração interfere também no conceito de *felicidade*, ganha carácter absoluto e transforma-se em *Bem-aventurança*, que não será atingida nem pela razão, nem pela filosofia – portanto, nem pela ação política da pessoa humana - mas pela *fé* em Cristo.

Em sintonia com a tradição teocrática do Antigo Testamento (AT), para o cristianismo, quem governa a nação, em última instância, é o próprio Yahweh.

Mantendo intacto o princípio da magistratura divina sobre o mundo, o Novo Testamento (NT) nos apresenta Jesus que intervém diretamente e convida os seus discípulos a intervir - *Dai-lhes vós mesmos de comer* (Lc 9, 13) - na resolução dos problemas existenciais da pessoa humana. É este ministério público de Jesus e dos seus discípulos que continua, ainda hoje, a ser o principal fundamento da necessidade da participação do cristão na vida política da *República* (parafraseando Platão) para a construção de uma sociedade saudável.

Além dos Evangelhos, o magistério da Igreja – como ilustra o *Compêndio da Doutrina Social da Igreja* - reserva um espaço muito importante para a participação ativa e responsável dos cristãos na vida pública.

Na Exortação Apostólica – *Vocação e Missão dos Leigos na Igreja e no Mundo* – o Papa João Paulo II (1989) diz que “ao anunciar e ao acolher o Evangelho na força do Espírito, a Igreja torna-se comunidade evangelizada e evangelizadora e, precisamente por isso, faz-se serva dos homens” (ChL, nº 36).

O Concílio Vaticano II (1962), na *Gaudium et Spes* (GS), salientava que, “embora a Igreja tenha como fim supremo o Reino de Deus e, por isso, esteja inteiramente consagrada à glorificação do Pai, precisamente porque recebeu de Cristo o encargo de manifestar ao mundo o mistério de Deus, a ela é confiada também a missão de descobrir o homem ao homem, esclarecendo-o acerca do sentido da sua existência e abrindo-o à verdade total acerca dele e do seu destino” (GS, nº 22).

A pessoa humana é chamada a descobrir a sua humanidade, em virtude da sua condição de ente imperfeito perfectível que encontra em Cristo a meta da própria perfeição e, a Igreja é chamada, em virtude da sua missão evangelizadora, a servir o homem neste seu itinerário:

A Igreja, ao procurar o seu fim salvífico próprio, não se limita a comunicar ao homem a vida divina; espalha sobre todo o mundo os reflexos da sua luz, sobretudo enquanto cura e eleva a dignidade da pessoa humana, consolida a coesão da sociedade e dá um sentido mais profundo à quotidiana atividade dos homens (GS, nº 40).

Justificativa: por quê esta pesquisa?

A pesquisa sobre *O Papel do Cristão Católico na Vida Social e Política em Moçambique* nasce da iniciativa da Comissão Episcopal de Justiça e Paz (CEJP) da Igreja Católica e visa

indagar sobre a acção do cristão católico na sociedade, com o fim último de impulsionar a sua participação na vida social e política, à luz da Doutrina Social da Igreja (DSI).

Dito de outra forma, o estudo visa responder às seguintes questões: a) Qual é o papel do cristão na vida social e política de Moçambique? b) Como tem sido a participação do cristão católico na vida social e político do País? c) O que se pode fazer para que a participação do cristão católico na vida social e político do país seja efectiva?

Uma das preocupações da Igreja, sobretudo no pontificado em curso, de Papa Francisco, é a fraca participação das mulheres e homens católicos na vida social e política.

O que justifica a preocupação é o facto de existirem muitos católicos envolvidos em diversas esferas da vida política e administrativa, mas sem que o seu catolicismo se faça sentir no desempenho das suas atividades, conforme seria de esperar.

Sendo os anos 2018 e 2019, anos da realização das eleições autárquicas e gerais, respectivamente, o Grupo de Reflexão Interdiocesana (GRI), grupo de assessoria da Comissão Episcopal de Justiça e Paz, em coordenação com o Bispo responsável, Dom Luíz Fernando (Bispo de Pemba), decidiu fazer uma pesquisa de campo capaz de fornecer uma informação exaustiva sobre a real situação da participação do cristão católico moçambicano na vida social e política. Assim, os resultados desta pesquisa deverão servir de base de apoio à reflexão e pastoral social da Igreja em Moçambique.

Problematização: os cristãos católicos devem ou não participar da política?

O conceito “participação política” designa uma grande variedade de atividades, como votar, candidatar-se a um cargo eletivo, apoiar um candidato ou agremiação política, contribuir financeiramente para um partido político, participar das reuniões, das manifestações ou dos comícios públicos, discutir assuntos políticos, etc.

Dado que no conceito de participação se subentende actividades que implicam relações entre indivíduos e grupos de indivíduos, pode-se, então, inferir que onde se desenvolve uma atividade política, há um espaço público; onde há um espaço público, há diálogo; onde há diálogo, há direitos e; onde há direitos, deve haver uma ideia consensual sobre a justiça que regula o funcionamento das instituições vocacionadas a disciplinar a interações, de forma a não prejudicar nenhum dos componentes ou grupos envolvidos.

Tal interação regulada pelas instituições políticas, além de ser funcional, no sentido de garantir a satisfação das necessidades dos indivíduos e dos grupos, exprime a natureza humana, propensa a viver com os outros, a comunicar-se com eles, a partilhar os próprios bens espirituais e materiais, as próprias experiências e desejos.

Feita a premissa segundo a qual a dimensão social da pessoa humana é componente integrante da sua natureza, é evidente que, como ensina Durkheim (1980), a sociedade é mais do que uma mera soma dos indivíduos que a compõem. Não há transformações sociais apenas pelo simples facto dos indivíduos partilharem o espaço físico. É necessário que os indivíduos e grupos que partilham o mesmo espaço físico tenham também um projeto social, político e económico consensual. É neste contexto que se levanta a questão: **Como fazer com que a DSI sirva de motor impulsionador para o empenho ulterior dos cristãos na vida social e política em Moçambique?**

Questões norteadoras:

1. Com os Acordos de Paz, Moçambique abriu uma nova página da sua História. Para a Paz os cristãos deram o seu contributo. Na sua qualidade de cristão católico empenhado na vida política ou administrativa, acha que teria ainda um papel importante a desempenhar na vida social e política, hoje? Como? Porque?
2. Como é que olha para a participação do cristão católico na vida da social e política do país?
3. Na sua opinião, existirão factores que favorecem ou impedem a participação eficaz na vida social e política?
4. Como tem assumido (o Sr ou Sra) o seu compromisso cristão numa sociedade onde os valores sociais básicos (a verdade, a liberdade, a justiça) não têm sido respeitados?
5. O que poderia ser feito para que a sua participação na vida social e política fosse mais eficiente e efetiva?
6. Hoje fala-se muito da Doutrina Social da Igreja (DSI) como elemento que promoveria a convivência pacífica entre os povos, além de ser um ponto de encontro entre as várias religiões. Teria algo a dizer sobre isso?
7. O que gostaria que a sua Comunidade/Paróquia/Núcleo fizesse para o incremento do conhecimento e da vivência dos princípios da DSI?
8. De que forma a DSI lhe ajuda no exercício do seu cargo político/administrativo?
9. O que seria necessário para que este património da DSI contribuísse para o bom êxito do seu trabalho, administração/ação política enquanto cristão?
10. Que mensagem deixaria para os outros cristãos católicos em relação à participação na vida social e política

Objectivos da Pesquisa: para quê uma pesquisa sobre a participação do cristão católico na vida social e política?

O estudo foi realizado com um duplo objectivo geral: compreender as causas que estão por de trás da indiferença, falta de envolvimento e testemunho sociopolítico dos cristãos católicos em Moçambique, de forma a motivá-los ao desempenho eficiente, baseada na caridade; por outro lado, propor linhas de intervenção pastoral à luz da DSI de forma a motivar o cristão católico moçambicano a conceber como parte integrante do seu compromisso cristão a participação na vida social e política do país.

Os objectivos específicos incluem: a) Descrever e analisar o nível de participação e o comportamento do cristão católico na paróquia/comunidade e na sociedade, face aos aspectos sociais e políticos, hoje; b) Identificar os factores que determinam (positiva ou negativamente) a participação do cristão católico na vida social e política do país; c) Identificar e caracterizar o papel do cristão católico na vida sociopolítica do país, especificamente nos processos eleitorais, a partir da DSI; d) Propor linhas de ação à luz da DSI para tornar a participação do cristão católico mais eficaz e eficiente.

Hipóteses da pesquisa

O estudo teve como hipótese principal: A participação do cristão na vida social e política do país não é satisfatória; Como hipóteses secundárias: a) O cristão católico moçambicano não participa ativamente na vida política e social porque não consegue estabelecer uma conexão entre o ser cristão e o ser cidadão, pensando que existe uma separação entre a vida espiritual (a sua fé e práticas religiosas) e a vida social (as atividades políticas, económicas e culturais); b) O cristão católico moçambicano não tem conhecimento da Doutrina Social da Igreja; c) A DSI não é suficientemente divulgada ou ensinada nas paróquias da Igreja de Moçambique e nas Comunidades de Base; O conhecimento que o cristão católico moçambicano tem da Doutrina Católica não é profundo.

Limitações da Pesquisa

Entre os limites identificáveis nesta pesquisa, o principal consiste na falta de uma apresentação estatística das várias respostas, segundo as diferentes categorias dos entrevistados, embora os objectivos da pesquisa exigissem o uso de metodologias quantitativas muito rigorosas. O uso de tais métodos requeria maior espaço de tempo e maiores recursos humanos e financeiros disponíveis. Não obstante isso, os instrumentos de análise e interpretação dos dados aqui utilizados, permitiram que se chegasse a um substancial conhecimento do grau de participação dos cristãos católicos nos assuntos sociais e políticos; as razões que justificam o grau identificado; e o grau de conhecimento e utilização da Doutrina Social da Igreja (DSI) – o corpo de princípios e conteúdos destinados a orientar o cristão no seu empenho social e político.

Um ulterior limite que merece menção, nesta pesquisa, é aquele referente à análise do comportamento assumido pela Igreja católica (no seu todo) em relação à colonização portuguesa, à brutalidade cometida pelo movimento armado Resistência Nacional Moçambicana (Renamo), durante os anos da guerra civil, e as violações de direitos humanos cometidos sistematicamente pela partido no poder desde a independência – a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo); ou seja, indagar sobre a existência ou menos de uma conexão entre a atitude adoptada pela Igreja de Moçambique nas três situações acima indicadas e o actual comportamento dos cristãos católicos em relação à vida social e política do país. A equipe de pesquisa achou inoportuno afrontar estas sensíveis questões nesta fase preliminar de pesquisa sobre o relacionamento entre a religião e a política e, menos ainda, em simultâneo com o estudo sobre a genérica participação do cristão católico na vida social e política do país.

Não obstante não se tenha afrontado as três referidas questões, de forma directa, o estudo permitiu também aos pesquisadores fazer uma retrospectiva histórica sobre o envolvimento da Igreja nos assuntos sociais e políticos, desde o período colonial, passando pelo parêntese do sistema marxista-leninista instaurado pelo governo do partido Frelimo a seguir à proclamação da independência em 1975, até aos dias de hoje. Esta leitura retrospectiva serviu, não para fazer um estudo comparativo, mas para estabelecer uma base a partir da qual ler e interpretar o empenho hodierno na Igreja na vida social e política do país.

CAPÍTULO I

REVISÃO DA LITERATURA

A definição moderna da política como “resolução dos conflitos entre os seres humanos; como o processo através do qual a sociedade define de forma autoritária a alocação dos recursos e valores; o processo através do qual se tomam decisões ou se modificam programas políticos e as estratégias da acção; como exercício do poder e da influência” (Rush, 2007, p.16), pressupõe a participação intensa e sistemática, em todas as decisões de carácter político de todos aqueles que, alocados pelo conceito de sociedade, “constituem um agrupamento distinto e coerente de seres humanos que vivem dentro de certas margens de contiguidade e partilham práticas, normas e valores”.

Porém, o ideal do envolvimento activo de todos os cidadãos de idade adulta na tomada de decisões políticas esteve sempre comprometido pelo crescente espírito do realismo político, segundo o qual o homem político deve ser permitido a comportar-se de modo disforme da moral comum, que um ato ilícito na moral pode ser considerado e apreciado como lícito na política - em suma, que a política obedece a um código de regras, ou sistema normativo, diferente de, e em parte incompatível com, o código, ou o sistema normativo da conduta moral.

Quando Maquiavel, na sua famosa obra – *O príncipe* - atribuiu a Cósimo de Medici (e parece aprovar) a afirmação segundo a qual “os Estados não se governam com o *pater noster* nas mãos”, demonstrava considerar, e dar por admitido que o fim último da acção política é conquistar, manter e alargar o poder, livre de qualquer condicionamento dos preceitos da moral dominante, que numa sociedade cristã coincide com a moral evangélica.

Infelizmente, o agir empírico dos políticos no seu dia a dia, ao longo da história, e em várias sociedades, parece prestar-se para consubstanciar a teoria maquiavélica.

E, em consequência disso, enquanto, por um lado, cresce significativamente a consciência social da necessidade de participação activa de todos na tomada de decisões políticas, por outro lado, cresce também a suspeita em relação àqueles que fazem da política sua principal ocupação e, conseqüentemente o absentismo crescente na política por parte daqueles que se ocupam das actividades não directamente ligadas à política.

Depois de um estudo feito nos Estados Unidos de América (EUA), Verba e Nie (1972, citados em Rush, 2007) desenharam um quadro referente ao grau de envolvimento na política dos cidadãos comuns:

1. Aqueles que são totalmente passivos (22%);
2. Aqueles cuja única actividade política consiste no voto (21%);
3. Os “localistas”, cuja única actividade política é limitada aos problemas políticos locais (20%);
4. Os “paroquiais”, cujo único interesse é direccionado àquilo que lhes interessa pessoalmente (4%);
5. Os “contestadores”, aqueles que se ocupam da política apenas em relação aos problemas particulares sobre os quais se impõem com campanha de vários tipos (15%);

6. Os “activistas globais”, aqueles que se envolvem na inteira gama das questões políticas (18%), (p. 132).

O objectivo da escala hierárquica é aquele de delinear os diferentes tipos de participação política associada à proporção, segundo a qual, quanto mais alto for o nível de envolvimento menor é o número daqueles que participam.

O número de desencantados e descrentes na função prioritariamente pública da acção política dos políticos tende a crescer e a política é concebida por muitos como uma “atividade suja” e, por isso, realizada por aqueles que querem obter “vantagens pessoais” a partir do poder que outros lhes conferem.

Não admiraria, portanto, que muitos cristão, sobretudo os da tradição católica, façam questão de se distanciarem de tudo o que é envolvimento na política e os que por razões práticas estão envolvidos fazem questão de estabelecer uma nítida separação entre a sua vida espiritual e as funções que desempenham na política.

1.1 A Política na Sagrada Escritura

Embora a Bíblia não fale directamente sobre a participação do povo eleito na política, temos sim várias descrições e conselhos que nos permitem tirar algumas conclusões importantes a respeito da participação de servos de Deus na vida política das suas cidades, Estados ou países.

De facto, enquanto muitos cristãos suspeitam que “quando o justo governa corrompe-se”, na Sagrada Escritura diz-se que “Quando o justo governa, o povo se alegra” (Prov 29, 2).

Enquanto muitos cristãos consideram a política uma actividade “suja” e, portanto, uma actividade a ser evitada por quem não quer sujar a própria vida espiritual, a Bíblia diz: “Vós sois a luz do mundo. Não se pode esconder uma cidade situada num monte; nem se acende a candeia para a colocar debaixo do alqueire, mas sim em cima do candelabro, e assim alumia a todos os que estão em casa. Assim resplandeça a vossa luz diante dos homens, para que vejam as vossas boas obras e glorifiquem o vosso Pai, que está nos céus” (Mat 5,14-16).

Ao afirmar que os cristãos são a “luz do mundo e o sal da terra”, a Sagrada Escritura dirige-lhes, solenemente, um convite a envolver-se na política, e é motivo para suspeitar que o facto de haver tantos escândalos no meio político seja, justamente, devido à ausência na política de mais pessoas honestas e íntegras. Se os cristãos aplicassem os princípios cristãos na política, com certeza ela não teria chegado ao nível em que se encontra hoje.

Existe na Bíblia, sim, alguma coisa do qual o cristão deve literalmente fugir: da carne (1 Cor 6,18), quanto ao resto, até mesmo ao Diabo, a Bíblia diz para resistir (Tig 4,7).

O argumento segundo o qual “a política é um meio muito corrupto” e, por isso, é impossível que o cristão que lá estiver não se corrompa, é refutado na Sagrada Escritura pelo exemplo do ambiente político da Babilônia ou do reino medo-persa, onde Daniel foi enviado por Deus, apesar de ser (ou precisamente por ser) um ambiente corrupto.

Naquele caso o grau da corrupção tinha crescido a ponto dos presidentes e príncipes armarem uma cilada a Daniel fazendo com que o rei Dário assinasse um decreto proibindo a adoração

de um outro Deus que não fosse o imperador (Dan 6, 6-9). A Bíblia mostra que Daniel se manteve íntegro e fiel, por uma simples razão: “E Daniel propôs no seu coração não se contaminar com a porção das iguarias do rei, nem com o vinho que ele bebia” (Dan 1, 8).

Esta citação bíblica é um autêntico desafio aos cristãos: O problema de muitos cristãos que se envolvem na política e, eventualmente, se tornam corruptos, não está no grau de corrupção ou degradação do ambiente político, mas sim no grau do compromisso que eles têm com o seu Deus.

O cepticismo em relação à possibilidade de alguma diferença na governação do bem público com a participação activa dos cristãos é justificado pela atribuição do carácter estrutural ao mal que afecta a política e a administração pública. Todavia, embora constitua verdade que o mal da política é, fundamentalmente, um mal estrutural, a Bíblia, falando do emocionante reencontro de José e seus irmãos no Egito, diz o seguinte: “Deus enviou-me à vossa frente para vos preparar recursos, neste país, e para vos conservar a vida e garantir sobrevivência de uma forma maravilhosa” (Gen 45,7).

A Sagrada Escritura está também repleta de narrações onde se indica que quando o rei temia a Deus todo o povo era abençoado, mas quando ele virava as costas para o Senhor, muitos se desviavam também. Temos muitos exemplos de servos de Deus que ocuparam importantes cargos de autoridade e, literalmente, mudaram a história. É claro que para influenciar a nossa geração não é suficiente desempenhar um cargo político, o facto é que precisamos de homens de Deus em todas as esferas da sociedade, e a política não deve ser exceção.

É também verdade que a mesma Sagrada Escritura, algumas vezes é utilizada – em geral, fora do contexto, ou numa forma tendenciosa – para argumentar que um cristão “verdadeiro” não se envolve na política, porque segue o exemplo de Jesus que, segundo tais interpretações, disse de seus seguidores ‘eles não são do mundo’, como também disse de si mesmo ‘Eu não sou do mundo’ e cita-se (Jo 17, 14).

Dentro das várias correntes da interpretação tendenciosa da Bíblia, algumas chegam a negar, por completo, às pessoas humanas, a capacidade e o direito de se governarem a si próprios, através da criação e adesão a organizações políticas, citando a passagem do profeta Jeremias que diz: “Bem sei, Senhor, que o homem não é dono do seu destino, e o caminhante não pode dirigir os seus passos” (Jer 10, 23).

Segundo esta visão, os cristãos verdadeiros são leais apenas ao Reino de Deus e esperam, totalmente alienados do percurso histórico deste mundo, que num tempo predefinido, o próprio Deus estabelecerá no céu um governo sobre a Terra inteira; o governo que se chamará de Reino de Deus, cujo único Rei é Jesus Cristo, e citam (Ap 11, 15). E - ainda segundo esta visão - nessa altura em que se estabelecerá o Reino de Deus, os governos “de toda a terra habitada” serão destruídos (Ap 14, 19-21).

1.2 Participação activa dos cristãos na vida social e política, segundo a Doutrina Social da Igreja (DSI)

A visão da Igreja católica em relação ao homem, remete a uma concepção que não se baseia apenas na racionalidade e auto consciência, como também, deve vincular ao conceito de homem no sentido mais amplo deste termo, agregando todas as dimensões da vida humana bem como a responsabilidade de todos para com todos.

É nesta perspectiva que o Concílio Vaticano II diz que “o divórcio entre a fé [que se professa] e o comportamento quotidiano de muitos cristãos deve ser contado entre os mais graves erros do nosso tempo” (GS 43) e, portanto, o dever que pesa sobre o cidadão-cristão de participar na vida política e social da sua comunidade civil, não como um político partidário, mas cumprindo com a missão da Igreja de garantir o bem comum.

O corpo do ensinamento da Igreja, conhecido como Doutrina Social da Igreja (DSI), resulta da preocupação da Igreja Católica em contribuir para uma vida melhor no mundo, tendo sempre uma atenção especial para com as camadas mais vulneráveis como é o caso dos pobres. A DSI faz uma ligação do transcendental ao imanente, na medida em que preocupa-se em olhar para os problemas do mundo à luz do Evangelho e motivado pela vontade de proteger o projeto de Deus, o qual propõe um mundo melhor, fundado no amor incondicional pelo próximo.

O amor incondicional pelo próximo materializa-se “numa série de actividades mediante as quais o cidadão, como individuo ou associado com outros, diretamente ou por meio de representantes, contribui para a vida cultural, económica, política e social da comunidade civil a que pertence” (Pontifício Conselho Justiça e Paz, 2010, p. 114).

O bem comum é o único (ou devia ser) motivo pelo qual existe a política, nas palavras do Papa Francisco, citado na Carta pastoral dos Bispos Católicos de Moçambique (CEM, 2017).

As palavras de João Paulo II e de Papa Francisco associam-se à reflexão de Papa Paulo VI (1971), o qual, pela *Ocasão do octogésimo aniversário da Encíclica “Rerum Novarum”*, observa que “a política é uma maneira exigente - se bem que não seja a única - de viver o compromisso cristão ao serviço dos outros” (n. 46).

O que se pode entender como missão dos cristãos católicos africanos na vida social e política do continente está delineado nas Exortações Apostólicas dos dois Sínodos especiais para a África: *Ecclesia in Africa*, de S. João Paulo II e *Africae Munus*, de Bento XVI, bem como nas Exortações Apostólicas pós-sinodais *Verbum Domini*, de Bento XVI e *Evangelii Gaudium*, do Papa Francisco.

É sobretudo na Exortação Apostólica *Africae Munus*, documento redigido por Bento XVI a partir de 57 Proposições finais do II Sínodo especial para a África, realizado em Outubro de 2009 e dedicado ao tema da reconciliação, justiça e paz, onde o Papa indica as estruturas fundamentais da missão eclesial no continente, que tem como objectivo chegar à reconciliação, à justiça e à paz, sobretudo através da evangelização. No mesmo texto são indicados os campos de apostolado da Igreja na Função Pública.

Na abordagem predomina a esperança, consciente do património intelectual, cultural e religioso do continente, mas também dos actuais desafios que a África está e deve continuar a enfrentar. O Papa encoraja o continente a acolher cada vez mais a Cristo, emancipando-se daquilo que paralisa e encontrando em si mesmo as forças para relançar a própria vida e a própria história.

No documento *Africae Munus*, Bento XVI quis oferecer à África e ao mundo, os frutos e os estímulos do II Sínodo especial para a África e convidar todos os homens e mulheres de boa vontade a considerar a África com um olhar de fé e caridade, para ajudar o continente a

tornar-se, por meio de Cristo e do Espírito Santo, luz do mundo e sal da terra (cf. Mt 5, 13-14).

Para Bento XVI, um tesouro precioso está presente na alma da África, onde vislumbro «um imenso “pulmão” espiritual para uma humanidade que se apresenta em crise de fé e esperança», graças às extraordinárias riquezas humanas e espirituais dos seus filhos, das suas variadas culturas, do seu solo e subsolo com imensos tesouros.

Entretanto, para se manter de pé com dignidade, “a África tem necessidade de ouvir a voz de Cristo, que, hoje, proclama o amor pelo outro, incluindo o inimigo” (AM 13), até ao dom da própria vida e que, hoje, reza pela unidade e a comunhão de todos os homens em Deus (cf. Jo 17, 20-21).

Partindo do pressuposto deste amor que vai até ao amor ao inimigo, a Exortação Apostólica convida à reconciliação com Deus e com o próximo, via necessária para a paz.

É importante, pois, a purificação interior do homem, a oferta e o acolhimento do perdão, que permitem reencontrar a harmonia entre as famílias.

A Exortação Apostólica sublinha, além disso, que a África tem necessidade do bom governo dos Estados, que se exprime no respeito das Constituições, das eleições livres, de sistemas judiciais independentes, de administrações transparentes e que não cedam à corrupção.

E, por isso, o Papa sublinha que, embora a construção de uma ordem social justa seja da competência da esfera política, a Igreja tem porém o dever de formar as consciências dos homens e das mulheres, educando-os na justiça divina: fundamentada no amor, esta chega até ao dom de si pelos irmãos e vai para além daquele mínimo que a justiça humana exige.

A Exortação Apostólica indica a catequese, não só estudada, mas também vivida na vida pessoal, familiar e social; o discernimento aprofundado dos ritos tradicionais locais, sobretudo os que se prendem com a reconciliação, sublinhando os aspectos que favorecem ou dificultam a inculturação do Evangelho; por fim a promoção de uma nova fraternidade contraposta ao tribalismo, ao racismo e ao etnocentrismo.

Dirigindo-se directamente aos leigos, Bento XVI exorta-os a viver a santidade no mundo, demonstrando que o trabalho, antes de ser um meio de lucro, é o lugar da realização pessoal e do serviço ao próximo. Além disso, para quem trabalha no campo político, económico, cultural e social, o Papa indica como fundamental o conhecimento da Doutrina Social da Igreja.

Dentro do espírito da Exortação Apostólica *Africae Munus*, na sua intervenção à XIX Assembleia Geral da Associação Inter-Regional dos Bispos da África Austral (IMBISA), de 1994, o Arcebispo da Beira, Dom Jaime Pedro Gonçalves, nota que “perante guerras civis, violência tribal ou étnica, perante o ódio e a opressão na África, a Igreja deveria dar o testemunho do seu empenho na reconciliação dos africanos” (p. 14).

O Bispo de Malanje, Dom Eugénio Salessu, na sua intervenção à VII Assembleia Geral da IMBISA, observando que “nos anos cinquenta e sessenta, alguns dos países africanos eram apresentados ao mundo como exemplo típico de uma evangelização bem sucedida”, e “hoje surpreendentes por causa do ódio e guerras fratricidas em que estão mergulhados”, levanta

muitas perguntas, algumas das quais são: “qual tem sido a nossa pastoral catequética sobre a união dos homens em Cristo, o que faz da humanidade uma só família e um só corpo, a partir da Cruz da reconciliação?; qual tem sido a nossa catequese encarnada nas estruturas sociopolíticas dos países em que vivemos, quer em África, quer noutra parte do mundo? Que importância damos, nós Pastores, aos meios de Comunicação Social? Em nossos dias eles se tornam quase ‘omnipresentes’, com um poder incrível de forjar mentalidades e com a capacidade de promover tanto as causas da paz como as da guerra, as da fraternidade como as do ódio fratricida? Que empenho pomos na formação do espírito para a crítica objectiva?” (p. 24).

No encontro regional das Comissões Católicas para Justiça e Paz, realizado nos dias 22-27 de Agosto de 1999, em Harare (Zimbabwe), os participantes declaram que “quando a fé está num compartimento separado da nossa vida diária, é uma fé que não toma, por verdadeira, a encarnação do Filho de Deus na natureza e na vida humana. Tal abordagem cria, em muitas pessoas, a impressão de que o cristianismo não tem nada a dizer, à história e à vida” (IMBISA, 2001, p. 1). E, a seguir, observam que “na altura em que somos chamados a comemorar dois mil anos da Encarnação, o crescimento da pobreza e da injustiça económica com as suas violações de direitos humanos fundamentais e a degradação da dignidade humana de milhões de irmãos da África Austral, são alguns dos sintomas, claros, da prevalência da existência da dicotomia entre a fé e a vida” (IMBISA, 2001, p. 1).

Para promover a necessária conexão entre a fé e a vida, foi introduzido aos participantes do encontro regional das Comissões Católicas para Justiça e Paz, de 1999, o método pastoral chamado “*Circulo Pastoral*”, caracterizado por quatro fases: (1) a primeira fase consiste em estabelecer contacto com a realidade da vida quotidiana; depois (2) a tentativa de descobrir as causas primárias da situação prevalecente; (3) a seguir, avalia-se a situação à luz da fé e; (4) finalmente, toma-se decisões e acções concretas para mudar a situação. Estas decisões tornam-se, realmente, Fé em Acção (IMBISA, 2001).

A importância atribuída pela Igreja de América Latina à necessidade de estabelecer uma conexão entre a fé e a vida real pode servir de lição e encorajar os cristãos católicos da Igreja de Moçambique a incrementar o próprio empenho na vida social e política do país.

No documento da IV Assembleia Geral do Episcopado Latino-Americano (Santo Domingo 1992), a necessidade dos fiéis leigos serem protagonistas na nova evangelização é mencionada cinco vezes.

Ao falar dos cristãos leigos na Igreja e no mundo (n. 94 ss), o documento de Santo Domingo distingue entre tarefas intra-ecliais e actividades extra-ecliais.

Falando das tarefas extra-ecliais, os Bispos Latino-Americanos lamentam-se pelo facto de que a maior parte dos baptizados não tenha ainda plena consciência da sua pertença à Igreja, indicando que são poucos os que assumem os valores cristãos como elemento da sua identidade cultural.

Como consequência, “o mundo do trabalho, da política, da economia, da ciência, da arte, da literatura e dos meios de comunicação social não é guiado por critérios evangélicos”(n. 97).

Para responder à pergunta, porque é que os leigos não respondem, com a sua presença activa, aos grandes desafios actuais da sociedade? O documento de Santo Domingo indica no n. 96

três razões:

1. A persistência de certa mentalidade clerical, em numerosos agentes de pastoral, clérigos e também leigos. Por “mentalidade clerical” entende-se a redução do compromisso dos fiéis leigos apenas aos que receberam algum ministério intra-ecclesial (Puebla n. 815).
2. A preferência de muitos fiéis leigos pelas tarefas intra-ecclesiais. Esconde-se nessa opção a ideia de que só faz verdadeiro apostolado quem exerce algum ministério intra-ecclesial.
3. A deficiente formação dos fiéis leigos: eles simplesmente ignoram que, como dizia Puebla no n. 815, a missão fundamental do leigo está na sua inserção nas realidades temporais e nas suas responsabilidades familiares.

Embora, em certas circunstâncias, o cristão leigo é chamado a tomar parte das tarefas intra-ecclesiais, o seu protagonismo está destinado a realiza-se, sobretudo, na sua participação na missão real de Cristo e da sua Igreja, tema que o Concílio Vaticano II aborda no n. 36 da *Lumen Gentium* (LG).

Depois de nos recordar que todas as coisas estão sujeitas a Cristo, até que submeta todas as criaturas ao Pai, para que Deus seja tudo em todos, o Concílio Vaticano II declara que o divino Rei “comunicou este poder aos discípulos”.

Mas o Senhor quer dilatar “também através dos leigos o seu reino, reino de verdade e vida, reino de santidade e graça, reino de justiça, amor e paz, reino no qual a própria criatura irracional será liberada do jugo da corrupção para a liberdade gloriosa dos filhos de Deus” (LG 36a).

A colaboração nesse serviço “real” supõe uma concepção cristã da vida, do homem e do mundo, um conhecimento da criação e de seu valor e sentido eternos.

Uma vez imbuídos dessa concepção cristã do mundo, poderão os fiéis leigos, homens e mulheres, desempenhar o seu apostolado mais específico, no qual serão os autênticos protagonistas: o da animação cristã da ordem temporal, o esforço de informar com o espírito cristão a mente e os costumes, as leis e as instituições sociais e comunitárias.

Esse é o apostolado da restauração da ordem temporal. A mencionada ordem inclui os bens da vida e da família, a cultura, a economia, as artes e as profissões, as instituições políticas, as relações internacionais e outros assuntos desse teor, junto com sua evolução e progresso (AA 7b).

A ordem temporal possui o seu valor, a sua autonomia, a sua finalidade natural, as suas leis, a sua importância em benefício do homem.

Mas, na medida em que as coisas da ordem temporal estão ao serviço do homem, Deus quis elevá-las também à ordem sobrenatural, em Cristo, “para que ele tenha o primado sobre todas as coisas”(Col 1, 18).

É, porém, necessário reconhecer que a ordem temporal foi gravemente viciada pelo homem pecador (cf. GS 37, sobre a atividade humana corrompida pelo pecado). Muitos caíram na

idolatria da ordem temporal (cf. Puebla n. 491, 493, 500, 502).

Daí a necessidade da restauração da ordem temporal ou da sua animação, *animatio christiana ordinis temporalis*, diz o Concílio Vaticano II várias vezes (cf. AA 2, 4e, 16c).

Então, como membro da Igreja, o fiel leigo encontrará a sua identidade de homem da Igreja no coração do mundo e de homem do mundo no coração da Igreja (cf. Puebla 786c).

O Concílio Vaticano II é explícito: “No cumprimento deste dever [de imbuir o mundo do espírito de Cristo] corresponde aos leigos a principal responsabilidade” (LG 36b).

A Igreja está presente e operosa naqueles lugares e circunstâncias onde apenas através deles ela pode chegar como sal da terra” (LG 33b).

Pois “o Evangelho não pode penetrar profundamente nas consciências, na vida e no trabalho de um povo sem a presença ativa dos leigos” (AG 21a).

Esse é também o primeiro dever-direito que o Direito Canônico indica aos fiéis leigos (cân. 225 § 1).

Eles devem saber que têm um campo de apostolado que é só deles, como diz o cân. 225, § 2: “Animar e aperfeiçoar com o espírito evangélico a ordem das realidades temporais, e assim dar testemunho de Cristo, especialmente na gestão dessas realidades e no exercício das atividades seculares”.

Nesse parágrafo o direito eclesiástico resume este ensinamento do Concílio: “É específico dos leigos, por sua própria vocação, procurar o Reino de Deus, exercendo funções temporais e ordenando-as segundo Deus”.

A eles, portanto, cabe de maneira especial iluminar e ordenar de tal modo todas as coisas temporais, às quais estão intimamente unidos, para que elas continuamente se façam e cresçam segundo Cristo, para louvor do Criador e Redentor” (LG 31 b).

Devem os cristãos leigos sanar as instituições e condições do mundo, de modo que tudo se conforme com a justiça e favoreça o exercício das virtudes. Assim impregnam de valor moral a cultura e as obras humanas, preparam o campo para a palavra divina e abrem largamente as portas da Igreja pelas quais entra no mundo a mensagem da paz.

Falando do vasto e complexo mundo das realidades temporais, efetivamente, o Magistério da Igreja não podia deixar de sublinhar com especial ênfase a atividade política: “Esta abarca um vasto campo, desde a ação de votar, passando pela militância e liderança em algum partido político, até ao exercício de cargos públicos em diversos níveis” (Puebla, n.791).

Ao explicitar que a Igreja tem como fim supremo o Reino de Deus e, por isso, está inteiramente consagrada à glorificação do Pai, mas, precisamente por isso, a ela é confiada também a missão de descobrir o homem ao homem, esclarecendo-o acerca do sentido da sua existência e abrindo-o à verdade total acerca dele e do seu destino (GS, nº 22), o Concílio Vaticano II distingue entre “participação na política” e “compromisso político”, ou entre política em sentido mais amplo e política feita através dos partidos: a política em sentido mais amplo visa o bem comum, no âmbito nacional e no âmbito internacional, precisa os valores

fundamentais de toda a comunidade e define os meios e a ética das relações sociais. É evidente que nesse campo devem estar presentes e atuantes os Pastores, ministros da unidade.

Ao passo que a política feita através da acção dos partidos ou outras organizações sociais, ou a realização concreta dessa tarefa política fundamental, é o campo específico e protagonista dos fiéis leigos (Puebla, n. 542), que, com esse fim, podem ou devem reunir-se em partidos ou grupos.

1.3 A Igreja de Moçambique e a participação activa na vida social e política

A Igreja de Moçambique é dotada de uma longa história de participação activa na vida social e política do país, e de um rico património de conteúdos doutrinários destinados a responder a problemas e situações sociais e políticos concretos, desde o período colonial, até os dias de hoje.

Durante o tempo colonial destacaram-se, particularmente, os Bispos da Beira, Dom Sebastião Soares de Resende, e de Nampula, Dom Manuel Vieira Pinto, os quais, juntamente com alguns Institutos religiosos missionários (Missionários da África, Padres Burgos e os Missionários Combonianos), tomaram posições claras contra o sistema colonial ou as suas práticas, o condicionalismo no qual a Igreja se encontrava em relação ao regime colonial, as atrocidades da luta armada entre o governo colonial e a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), etc.

Nas vésperas e depois da proclamação da independência, através das Cartas Pastorais de teor social – *A Igreja num Moçambique independente* (1974); *Viver a fé no Moçambique de hoje* (1976) - a Conferência Episcopal de Moçambique opôs-se ao sistema marxista-leninista imposto pelo governo da Frelimo, sobretudo contra a sua violação do direito de liberdade de religião, do direito de liberdade de circulação, do direito da privacidade, do direito de propriedade privada e outras violações contra outros direitos humanos.

Durante toda a década de 1980, na altura em que a guerra civil entre o governo da Frelimo e o movimento nacional de Resistência Nacional Moçambicana (Renamo) estava no seu auge, os Bispos de Moçambique exprimiram a sua grande preocupação com a degradação das condições de paz e a procura da paz passou a ser o principal tema das Exortações e Cartas pastorais desta década: *Um apelo à paz* – Exortação Pastoral da CEM 1983; *A urgência da Paz* – Exortação Pastoral da CEM 1984; *Novo apelo à paz* – Natal Pastoral da CEM 1985; *Cessem a guerra, construamos a paz* – Exortação Pastoral da CEM 1986; *A paz que o povo quer* – Carta Pastoral 1987; *Esperança da paz* – Carta Pastoral 1990.

Servindo-se da DSI, os Bispos de Moçambique apelaram à sensibilidade de todos os homens de boa vontade, das organizações humanitárias e dos governos da comunidade internacional sobre a prática da verdade e da justiça, do diálogo e da reconciliação nacional, substanciando o próprio apelo com as palavras do Papa João Paulo II, na sua mensagem para o Dia Mundial da Paz do ano de 1971: “*A paz verdadeira* deve ser fundamentada sobre a verdade e sobre a justiça, sobre o sentido da intangível dignidade humana, sobre o reconhecimento de uma feliz igualdade entre os homens, sobre o dogma fundamental da fraternidade humana, isto é, do respeito, do amor devido a cada homem porque é homem”.

Sem relegar as comunidades cristãs ao plano de meros beneficiários da paz que se procurava, os Bispos de Moçambique responsabilizaram-nas para que se sentissem verdadeiramente

participantes activas desse processo de reconciliação e paz a que todo o nosso povo tinha direito e aspirava, fazendo tudo o que fosse possível, em profunda solidariedade com os outros cristãos e os moçambicanos em geral, no sentido de construir uma sociedade justa, pacífica e fraterna.

Em 1990, nas Cartas Pastorais intituladas *Esperança da paz* e *A paz exige a reconciliação*, os Bispos Católicos de Moçambique voltam a realçar que a reconciliação e a paz caminham juntas e que o processo de promoção da reconciliação nacional não devia limitar-se apenas no diálogo político entre as estruturas políticas e militares do Governo e da Renamo, mas deveria começar no coração e na vida de todos e de cada um dos moçambicanos.

Depois da assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP), a CEM mudou ligeiramente de foco abordagem, desta vez concentrando-se no tema de uma sociedade mais justa, na consolidação da paz e nos processos eleitorais credíveis.

Na Exortação Pastoral de 1997, *Votar é contribuir para o bem comum*, escrita um ano antes da realização das primeiras eleições autárquicas, os Bispos Católicos de Moçambique chamam a atenção do eleitorado, particularmente dos Cristãos, para pensarem no antes e no depois das eleições; foram convidados a reflectir sobre possíveis perigos da manipulação e da fraude eleitoral em benefício de um grupo das elites económicas, em prejuízo dos reais interesses nacionais.

Insistiram na necessidade de escolha sensata e cónscia dos presidentes dos municípios, fundada no real conhecimento das realidades dos mesmo municípios, em função também da gestão dos recursos locais com transparência e inclusão de todos.

Na Carta Pastoral de 1999 – *Votar é servir a pátria* -, escrita nas vésperas da realização das segundas eleições multipartidárias, os Bispos Católicos de Moçambique apelaram a participação massiva dos cidadãos em geral, e dos cristãos, em particular, nas eleições que se avizinhavam. Na Carta, os Prelados de Moçambique colheram também a oportunidade para elucidar os componentes intrínsecos da acção política, tais como a promoção e defesa do bem comum, a promoção e garantia da dignidade da pessoa humana, os seus direitos e liberdades fundamentais.

A Carta Pastoral, *Justiça e transparência nas eleições* (2003) é uma reflexão profunda sobre a realidade sociopolítica e económica de Moçambique, desde as primeiras eleições autárquicas (1998), as segundas eleições gerais e pluripartidárias (1999), em vista às segundas eleições autárquicas (2003) e às terceiras eleições gerais e pluripartidárias (2004).

Depois de apresentar os aspectos positivos e negativos da realidade moçambicana a nível sociopolítico e económico, os Bispos propõem o acto eleitoral de (2003 – 2004) como uma manifestação política da sua fé e do seu compromisso em prol do bem comum do país.

O período entre 2006 e 2009 foi caracterizado fundamentalmente pelos conflitos políticos, motivados pela sensação de se voltar para o monopartidarismo, que nutria a tendência acentuada da partidarização do Estado, desde a tomada de posse do Governo de Armando Guebuza, eleito em 2004.

Neste período as instituições do Estado (educação, saúde, defesa, segurança, etc.) voltaram a estar ao serviço do partido no poder – a Frelimo. Esta constatação geral fez com que os

Bispos católicos de Moçambique escrevessem duas Cartas Pastorais para denunciar esta atitude: *Comprometidos com a justiça, a reconciliação e a Paz*, Carta Pastoral (2008) e *Exigência de eleições livres, justas e transparentes*, Carta Pastoral (2008), em vista das terceiras eleições autárquicas de 2008.

Na Pastoral *Exigência de eleições livres, justas e transparentes* (2008), os pastores da Igreja Católica em Moçambique fazem uma avaliação rápida de todos os processos eleitorais passados, e salientam que tais eleições deixaram profundas marcas negativas no percurso da democratização do país.

E para concluir, os Bispos sugerem que os aspectos positivos desses processos sirvam de exemplo a seguir e aqueles negativos sirvam de lições a aprender para que, no futuro, o processo eleitoral não seja manchado pela injustiça, falta de transparência e de liberdade.

CAPÍTULO II

RECOLHA E SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS

A abordagem da pesquisa, do ponto de vista da forma metodológica adoptada foi qualitativa. A pesquisa é qualitativa, quando o ambiente natural é a fonte direta para a colecta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave para a colecta dos dados, interpretação dos resultados e a atribuição de significados dos mesmos. Neste caso, a pesquisa foi feita na base de entrevistas, auxiliadas pela observação direta dos pesquisadores.

A entrevista tem a função de fazer luz sobre certos aspectos, sobretudo aqueles de carácter subjetivo, do fenómeno estudado, alargando e precisando, assim, horizontes de leitura. O método da recolha de dados através das entrevistas ajuda a aprofundar o domínio dos paradigmas identificados na revisão bibliográfica, esclarecer dúvidas, isolar as varáveis e gerar conclusões. No entanto, o fundamento para optar por esta técnica advém da possibilidade de obtenção de uma variedade quase infinita de informação que seria impossível recolher de outra forma. A elaboração de guiões e a aplicação das mesmas perguntas a todos os entrevistados permite comparar e aferir as diferenças nas respostas.

Por seu turno, a observação é uma técnica de colecta de dados utilizando os próprios sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Ela ajuda o pesquisador a identificar e a obter provas a respeito de objetos, atitudes ou comportamentos sobre os quais os indivíduos pesquisados não têm consciência, mas que determinam, influenciam ou condicionam as suas ações ou o seu comportamento. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar factos ou fenómenos que se desejam estudar. Do ponto de vista da natureza a pesquisa é aplicada dado que procura gerar novos conhecimentos que poderão ser aplicados na prática, dirigidos à solução de problemas específicos: incrementar formas de participação dos cristãos católicos na vida social e política do país.

Do ponto de vista de seus objectivos a pesquisa foi exploratória. Geralmente, o estudo é exploratório quando há pouco conhecimento sobre o tema a ser abordado, que é o caso deste estudo em que temos pouca informação sobre o envolvimento dos cristãos católicos nos assuntos sociais e políticos do país.

Através da revisão bibliográfica procurou-se um enquadramento paradigmático do que se entende ou se pretende dizer com a expressão “participação do cristão católico nas vicissitudes sociais e políticas”, estabelecendo, assim, um pressuposto a partir do qual avaliar o empenho dos católicos moçambicanos na vida social e política do país.

O método de abordagem utilizado nesta pesquisa foi indutivo, consistente na abordagem dos factos partindo do particular ao universal (geral). Esta abordagem permite-nos fazer uma passagem dos exíguos dados colectados para uma inferência de carácter geral, aplicável em toda a população objecto da pesquisa.

O método de procedimento adotado é monográfico, pelo simples facto de permitir maior espaço de manobra na fase de interpretação dos dados; parte-se, portanto, do princípio que o estudo de caso pode ser considerado representativo de muitos outros casos semelhantes.

II.1 Etapas da operacionalização da pesquisa

A operacionalização desta pesquisa compreendeu oito (8) fases distintas, a saber:

1. **Concepção e desenho do projecto de pesquisa** – feito ao nível do núcleo do GRI que culminou com a definição do tema da pesquisa, o respectivo orçamento e a selecção do Coordenador da Pesquisa. Esta actividade foi realizada em Novembro de 2017 na cidade da Beira;
2. **Formação das equipas de investigadores:** aconteceu na Cidade de Pemba, em Fevereiro de 2018, e envolveu 8 investigadores destinados a trabalhar nas 12 dioceses do episcopado moçambicano, 4 membros do núcleo do GRI e 3 membros da equipa directiva do projecto (Coordenador, Administrador e Assistente Administrativo do Departamento de Estudos de Ética, Cidadania e Desenvolvimento) e 2 coordenador da pesquisa.

Orientados pelo coordenador da pesquisa, o grupo de pesquisa, elaborou o esqueleto do projecto (justificativa, objectivos, problematização, hipóteses, metodologia, população alvo, amostra, e literatura pertinente). O Bispo de Pemba, Dom Luíz Fernando Lisboa, teve a tarefa fundamental de indicar o horizonte e as delimitações da pesquisa, bem como de comunicar aos outros Bispos sobre a realização desta pesquisa;

3. **Programação da pesquisa pelas diferentes equipas** – encontros separados das várias equipas de pesquisa para a programação da actividade de pesquisa, definição definitiva do questionário objecto das entrevistas, identificação da população da amostra e harmonização dos instrumentos de trabalho, em Março de 2018;
4. **Encontro com os párocos e realização do pré-teste** do material objecto das entrevistas, cujo objectivo era de identificar as possíveis lacunas, e operar, assim, possível melhoramento;
5. **Realização do trabalho de campo** - recolha de dados por meio de entrevistas nas várias paróquias de todas as dioceses do país;
6. **Discussão dos resultados preliminares** - encontro de toda a equipa dos investigadores na primeira semana de Julho de 2018, em Maputo, para a partilha dos resultados preliminares obtidos por cada equipa de pesquisa. Foram partilhados e debatidos os progressos e as dificuldades da actividade de pesquisa e foi harmonizada a estrutura de redação dos relatórios;
7. **Sistematização e análise dos resultados** - definição das subcategorias, análise e interpretação dos dados, e a redação dos relatórios de cada equipa de pesquisa;
8. **Compilação do Relatório Final** – feito pelo Coordenador da pesquisa. A versão preliminar do relatório global foi comentada pelos membros do GRI, em Setembro de 2018, a partir de onde foi produzida a presente versão final do relatório.

II.2 População objecto do estudo

O grupo-alvo foram os cristãos católicos: os cristãos católicos (homens e mulheres) do ambiente urbano e do ambiente rural, os que têm alguma função activa na vida política ou

administrativa, e os que não têm nenhuma função relevante na política e na administração pública.

A pesquisa foi realizada nas seguintes Dioceses: Arquidiocese da Beira (Paróquias de Munhava, Inhamizua e Muchúngué); Diocese de Inhambane (Paróquias da Sé Catedral e Massinga); Diocese de Nacala Porto (Paróquias de São João Baptista e São Paulo); Arquidiocese de Nampula (Paróquias de Monapo, Sé Catedral, São José, Sagrado Coração de Jesus, Nossa Senhora de Mecutamala); Diocese de Gurué; Diocese de Pemba; Diocese de Quelimane (Paróquia de Santo António); Diocese de Tete, Diocese de Chimoio; Arquidiocese de Maputo; Arquidiocese de Maputo (Paróquias da Santa Ana da Munhuana, na Cidade de Maputo, e Paróquia da Nossa Senhora de Fátima, de Namaacha); Diocese de Xai-Xai, (Paróquias da Sé Catedral São João Baptista, na Cidade de Xai-Xai, e da Nossa Senhora de Lurdes, no distrito de Chongoene); Diocese de Lichinga, durante os meses de Abril a Junho de 2018.

Optou-se pela delimitação da população-objecto de pesquisa aos cristãos católicos porque o grau de envolvimento na vida social e política que se pretende avaliar é à luz da DSI e só esta população é que está em melhores condições de satisfazer este requisito. Estes participam da vida sociopolítica do país de diferentes modos: uns – os jovens - estão ainda nas primeiras etapas da socialização e integração, o que lhes torna mais vulneráveis às diferentes correntes de pensamento ou ideologias; outros estão no apogeu da vida, na fase de plena realização – os adultos e idosos.

Distinguímos entre homens e mulheres devido à especificidade da questão do género; e fizemos a distinção entre ambiente urbano (cidade) e rural (periferia) porque as regiões urbanas são vistas como lugares com mais vitalidade (às vezes agitação) e, por isso, maior envolvimento, engajamento e dinamismo, nas questões sociais, enquanto as periferias (regiões rurais) são vistas como espaço à margem do dinamismo próprio das cidades, onde as pessoas participam menos da vida social, onde o factor cultural e tradicional é mais saliente ao ponto de tornar as visões do mundo diferentes das da cidade.

A nossa população-objecto de estudo foi também distinta entre os cristãos católicos que têm uma determinada função activa na vida política ou na administração pública e os que não têm nenhuma função relevante na política e na administração pública. Como é evidente, a variável ter ou não ter um cargo político ou administrativo não é indiferente na avaliação do grau e do modo de participação na vida social e política.

As faixas etárias tomadas em consideração foram as de 20 a 70 anos de idade, porque presume-se que os indivíduos dessa faixa possuem uma maturidade sociocognitiva e experiências capazes de permitir-lhes responder às questões colocadas nas entrevistas de forma livre, consciente e responsável. Neste âmbito optou-se pela amostragem não probabilística, intencional e por conveniência, em que o pesquisador selecciona propositadamente os casos a incluir na amostra, determinado pelas necessidades e conveniências específicas da investigação. Ao todo foram realizadas 275 entrevistas semi-estruturadas.

II.3 Instrumentos de recolha e sistematização dos dados

Para a recolha dos dados foram usadas entrevista semiestruturadas, consistente numa interacção com os entrevistados (as) mediante o consentimento informado. Os trabalhos

iniciaram depois do aval favorável dos Bispos e posteriormente dos párocos das Dioceses e Paróquias objecto de estudo. Desta feita, para a apresentação e análise dos resultados, o estudo empregou o método analítico-interpretativo. Com efeito, foi necessário criar subcategorias para facilitar a respectiva análise. Quanto ao tipo de abordagem, ela foi mista e quanto ao objectivo foi descritiva do tipo levantamento.

Neste contexto, a sistematização dos dados obedeceu a três (3) momentos principais, a saber:

1. *Organização do material obtido nas entrevistas.* Esta fase consistiu na criação de códigos para garantir a privacidade e reserva de imagem dos entrevistados, e no desenho de quadro classificativos das entrevistas;
2. O passo seguinte foi a *codificação das entrevistas.* Esta fase consistiu na leitura e interpretação do conteúdo das entrevistas, das gravações e outras notas conexas. A partir daqui, passou-se à definição dos códigos criados;
3. A terceira e última fase consistiu na *categorização dos dados*, a qual se resumiu no agrupamento de códigos semelhantes e posterior análise de forma interligada, de forma a interpretar os itens e elaborar o Relatório final.

II.3.1 Representação esquemática: pergunta de partida e categorias de investigação

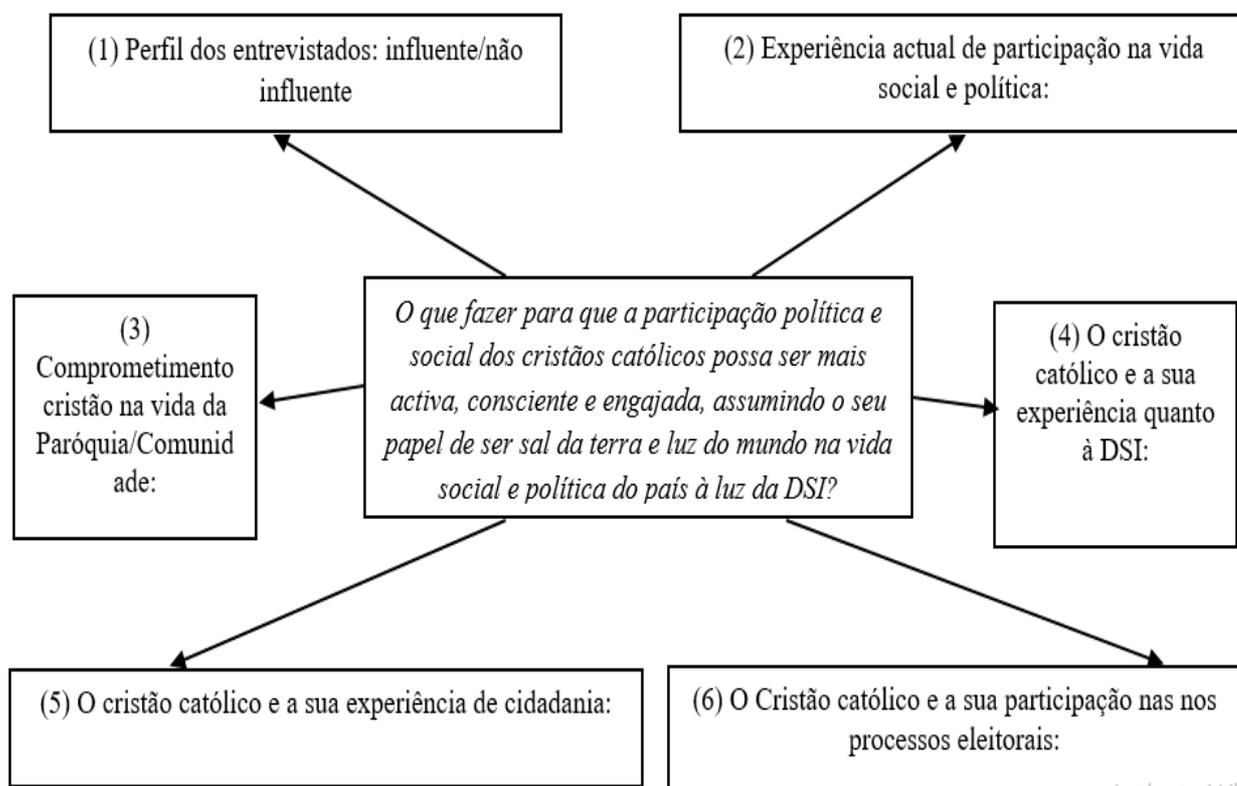


Figura 1: Relação entre a pergunta de partida (ou questão-problema) e as categorias de análise.

Fonte: Construído pelos autores, 2018.

A seguir, apresentamos o quadro que faz a relação entre os objectivos específicos, dum lado, e as técnicas de recolha e análise de dados, do outro lado.

II.3.2 Relação entre os objectivos e as técnicas

| Objectivos específicos (4) | Técnicas de recolha e análise de dados |
|---|--|
| Descrever e analisar o nível de participação e o comportamento do cristão católico na paróquia/comunidade e na sociedade face aos aspectos sociais e políticos, hoje. | Recolha: questionários e entrevistas. Análise: análise estatística descritiva e análise descritiva de conteúdo. |
| Identificar os factores que determinam (positiva ou negativamente) a participação do cristão católico na vida social e política do país. | Recolha: entrevistas (cristãos influentes e não influentes) e observação. Análise: análise descritiva narrativa e análise descritiva de conteúdo. |
| Identificar e caracterizar o papel do cristão católico na vida sociopolítica do país, especificamente nos processos eleitorais, à luz da DSI. | Recolha: Análise de conteúdo (bibliográfico), entrevistas (cristãos influentes e não influentes). Análise: Análise descritiva de conteúdo, análise descritiva narrativa e análise de unidades de registo. |
| Propor linhas de ação, à luz da DSI, para tornar a participação do cristão católico mais eficiente e eficaz. | Recolha: Análise de conteúdo (bibliográfico), entrevistas (cristãos influentes e não influentes). Análise: Análise descritiva de conteúdo, análise descritiva narrativa e análise de unidades de registo. |

Tabela 1: Relação entre os objectivos específicos e as técnicas de recolha e análise
Fonte: Construído pelos autores, 2018.

II.3.3 *Relação entre categorias, objectivos e perguntas*

| Categoria | Definição | Objectivo específico | Perguntas (a título de exemplo) |
|---|--|-----------------------------|--|
| Perfil dos entrevistados: influentes/não influentes | Distinguir os entrevistados, mostrando quem são os católicos que têm uma intervenção direta e aqueles que não têm intervenção direta na sociedade. | Primeiro. | Perfil do entrevistado e suas características. |
| Experiência actual de participação na vida social e política | Trata-se de explorar o modo como o cristão tem participado na vida social e política, como ele entende tal participação, o seu grau de consciência em torno dessa participação. | Primeiro e segundo | Como é que avalia a participação dos cristãos católicos nos diversos aspectos da vida social e política do nosso país? |
| Comprometimento cristão na vida da Paróquia/Comunidade | Trata-se de explorar o modo como o cristão tem-se engajado na vida da paróquia ou comunidade que faz parte, olhando para a assiduidade, a frequência, as responsabilidades que tem, etc. | Primeiro | Algum comentário em torno da sua participação na vida da Paróquia/Comunidade. |
| O cristão católico e a sua experiência quanto à DSI | Nesta categoria, procura-se avaliar o nível de conhecimentos dos princípios da DSI e ver se as escolhas do cristão na sociedade são influenciadas por esses princípios. | Terceiro | Acha importante a DSI na construção da nossa sociedade? Seu comentário. |
| O cristão católico e a sua experiência de cidadania | Trata-se de explorar o sentido social de ser cristão, começando por mostrar que o projeto do Reino de Deus trazido por Jesus é um projeto social (Lc 4, 18) e que o cristão deve seguir o mesmo caminho. | Quarto | 2- Como tem assumido o seu compromisso cristão perante uma sociedade em que os valores sociais básicos (a verdade, a liberdade, a justiça e o respeito mútuo) não têm sido respeitados? |
| O Cristão católico e a sua participação nos processos eleitorais | Esta categoria diz respeito diretamente às eleições: que importância o católico dá às eleições, se participa nas eleições e em todo o processo eleitoral desde o recenseamento. | Terceiro | Na sua opinião pessoal, qual é a importância da participação nas eleições? Duas alíneas O que se pode fazer para que os cristãos e todos moçambicanos sintam a importância de ir votar? Duas propostas. |

Tabela 2: Relação entre as categorias, os objectivos específicos e as perguntas.

Fonte: Construído pelos autores, 2018.

Os dados foram recolhidos por meio de questionário semi-estruturado à população objecto da pesquisa (cristão católicos homens e mulheres; jovens e adultos; pessoas que desempenham alguma função na política ou na administração pública, e pessoas que não desempenham nenhuma função nem na política nem na administração; pessoas residentes nas regiões

urbanas e pessoas residentes nas regiões rurais. O principal instrumento utilizado na recolha de dados foi um guião de entrevista.

Procurou-se identificar os vários níveis de participação dos cristãos católicos na vida social e política do país, nas regiões urbanas e na periferia, e as diferenças do nível de percepção do compromisso cristão entre os vários respondentes.

Procurou-se também compreender até que ponto todos os respondentes percebem a sua participação na vida social e política como uma questão de fé e compromisso cristão. Esta reflexão fez-se tendo como base a Doutrina Social da Igreja, sobretudo o princípio da *participação responsável* do cidadão na vida social, que envolve subprincípios como os da responsabilidade, solidariedade e subsidiariedade, e que também envolve alguns valores sociais básicos tais como a verdade, a liberdade, a justiça e o respeito mútuo.

A análise de dados foi feita pelas equipas responsáveis pela pesquisa. O inquérito estava subdividido em perguntas abertas e perguntas fechadas e a utilização de um modelo ou o outro era circunstancial.

A recolha de dados foi feita a partir de um grupo representativo de respondentes, de acordo com o grau de acessibilidade que os pesquisadores tiveram, quer em relação aos respondentes influentes, como para os não influentes.

CAPÍTULO III

DEFINIÇÃO DAS CATEGORIAS

As categorias aqui definidas emergem a partir da discussão e agregação dos códigos.

III.1 Participação do cristão católico na vida social e política

Na sua globalidade, a pesquisa constatou que a maioria dos cristãos católicos entrevistados desempenha um certo papel na vida social, na qualidade, por exemplo, de membros de algum movimento paroquial, ou em outras formas de associativismo, ou enquanto profissionais que lidam directamente com as massas. Quanto à área da política, a maior diz ser menos activa porque a política é um âmbito sensível e o activismo neste campo pode constituir um motivo de perseguição e intolerância por parte do partido no poder, a Frelimo.

No âmbito social, a maioria dos nossos entrevistados diz participar da vida social praticando atos de solidariedade e amor ao próximo. A título ilustrativo observam que o país tem sido vítima de várias calamidades naturais e dizem organizar-se nessas ocasiões – como cristãos – para tomar algumas iniciativas de ajuda aos afectados. Além da ajuda ocasional aos necessitados, os entrevistados dizem praticar a virtude da solidariedade cristã (sobretudo no meio urbano) cultivando o espírito de boa convivência social, sobretudo através de encontros de formação e convivência nos Núcleos.

III.1.1 Orgulho e cepticismo

A paz e a reconciliação, bem como a contínua luta pela consolidação, constitui uma das mais emblemáticas contribuições da Igreja, o que enche de orgulho e reconhecimento da parte dos fiéis leigos. O sentimento em apressa foi manifestado por quase todas as categorias dos entrevistados, com e sem função política ou administrativa, tanto os do meio urbano como os do meio rural.

Segundo os nossos entrevistados, “sem a intervenção da Igreja as coisas podem não andar bem”, valeu o contributo da Igreja Católica, ela foi sempre um instrumento para a paz” e “é necessário consolidar a paz da mesma maneira como a conquistamos”. Nisso os entrevistados sentem ainda a importância e o compromisso em continuarem a dar o seu testemunho na vida social e política do país.

Falaram da necessidade de conhecer Cristo como fonte de unidade, inspiração que “faz florescer o progresso e o desenvolvimento”. Segundo as suas palavras, “para que tenhamos uma sociedade organizada é preciso conhecermos Cristo. O amor de Cristo nos une e o Espírito do Evangelho é uma iluminação”.

Porém, entre os cristãos católicos entrevistados, adverte-se um certo cepticismo ou dúvida quanto à possibilidade de uma participação efectiva na vida política, dada a supremacia desta sobre o resto das instituições sociais. Segundo os entrevistados, “no nosso país a política está acima de tudo por isso é difícil interferir nos assuntos políticos”. A perseguição, tortura, raptos e até mortes contra pessoas que tentaram exprimir a sua própria opinião – desalinhada com a opinião do partido Frelimo - ou exercer o próprio direito de cidadania, são indicados

como elementos que mostram a existência de um cepticismo em relação a uma possível participação efectiva na política; o caso Ercino de Salema, jornalista e comentador da Soico Televisão (STV), raptado e torturado por desconhecidos, em conexão com os seus pronunciamentos políticos, é apresentado como uma das últimas manifestações da supremacia dos interesses partidários sobre a liberdade de expressão e a cidadania.

III.1.2 *Divergências de opiniões*

Em relação ao cepticismo acima mencionado, surgiram duas opiniões antagónicas no momento do balanço geral sobre a participação dos cristãos católicos na vida social e política do país: enquanto alguns defendem que a participação dos cristãos católicos na vida social e política é boa, ativa e exemplar, outros acham que a participação dos católicos na política é “*mediocre*”, “*não satisfatória*” e “*não estruturada*” e, ainda outros, defendem a neutralidade da fé na política.

Uma parte dos cristãos católicos entrevistados, habitantes do meio urbano, sem funções políticas ou administrativas, não está satisfeita com a ideia em si da participação dos cristãos na vida sociopolítica. Segundo eles, “*não se pode juntar a política e a fé*”, e vão mais além afirmando que “*é um erro juntar a palavra de Deus com assuntos políticos*”. Portanto, defendem a abstenção dos fiéis da política.

O sentimento de insatisfação também é comungado pelos cristãos católicos habitantes do meio urbano com certas funções na política ou na administração: a participação dos cristãos na política “*é um pouco desestruturada porque muitos cristãos não participam na vida social, na medida em que são desmoralizados pela política partidária, por um lado e, por outro lado, os cristãos católicos pensam que não podem se meter na vida política e esquecem a missão de iluminar (...) “por isso a pro-actividade acontece mais ao nível do episcopado e ao nível da base os cristãos católicos estão na retaguarda devido a timidez, preconceitos e medo de perseguição por parte do partido no poder, a Frelimo*”.

III.1.3 *Compromisso do cristão numa sociedade onde os valores sociais básicos não têm sido respeitados*

Na óptica da DSI, a missão do cristão, diante de injustiças e direitos violados, especialmente relacionados aos pobres, pequenos e fracos é buscar soluções coerentes, capazes de ajudar a melhorar ou resolver estes problemas. A liberdade, verdade e justiça são valores sociais básicos previstos na DSI. Quer dizer, a verdade, liberdade e justiça são ideais estruturantes na vida social, e a Doutrina Social da Igreja (DSI) os assume e os propõe aos cristãos e pessoas de boa vontade como valores fundamentais para uma atividade política lúcida e esperançosa (cf. CDSI, 2005, pp.198-203).

Papa João XXIII sustenta que o viver na verdade tem um significado especial nas relações sociais. A convivência entre os seres humanos numa comunidade é efectivamente ordenada, fecunda e condizente com a sua dignidade de pessoas quando se funda na verdade (PT, n. 281). Papa Francisco, por sua vez, chama a atenção para os riscos de manipulação. No sistema económico e na cultura actuais “*o real cede o lugar à aparência*” e os meios de comunicação, por exemplo, manipulam a realidade a fim de defender interesses contrários aos interesses económicos dos povos (EG, n. 61. Cf. também o n. 62).

Em segundo lugar, a DSI assume a liberdade humana como um valor inalienável, dado que a liberdade é o sinal mais evidente da dignidade da pessoa humana criada à imagem e semelhança de Deus. Antes de qualquer esquema ou plano de acção, o cristão deve cuidar da centralidade da pessoa humana e sua liberdade. Nada, em nenhum tempo ou circunstância, justifica qualquer ataque à liberdade da pessoa. A Doutrina Social da Igreja (p. 98) ensina que o homem pode orientar-se para o bem somente na liberdade que Deus lhe deu como sinal altíssimo da Sua imagem.

Em terceiro lugar, a DSI assume o ideal da justiça como um valor fundamental. Decorre da própria fé, rejeita as desigualdades e as iniquidades. Segundo a formulação mais clássica de justiça, “ela consiste na constante e firme vontade de dar a Deus e ao próximo o que lhes é devido” (Sto. Tomás de Aquino, *Summa theologiae*, II-II, q. 58, a. 1). A Justiça é a virtude que manda dar a cada um o que lhe pertence, asserção que significa, por sua vez, que ninguém teria seguros os direitos se os outros se recusassem a prestar-lhe os meios indispensáveis ao exercício desses direitos.

Em relação ao compromisso dos cristãos numa sociedade onde os valores básicos (liberdade, verdade e justiça) não têm sido respeitados, os participantes apresentaram as seguintes categorias de respostas:

a) Medo de defender os valores básicos devido à situação política de perseguição e intolerância

Muitos entrevistados responderam que não assumem nenhum compromisso face à degradação dos valores sociais básicos por causa do medo e, devido à situação política atual, caracterizada por perseguições e intolerância contra todos os que têm opinião diferente em matéria política;

b) Coragem exemplar na defesa dos valores básicos

Um exíguo número de entrevistados afirma assumir o próprio compromisso cristão, ultrapassando o medo. Quer dizer, para estes cristãos, face à degradação dos valores sociais básicos sentem-se chamados a vencer o medo, ganhando coragem de defender tais valores, praticando ações que inspiram as boas práticas de convivência humana. Conforme os entrevistados, estes actos visam resgatar os valores sociais que atualmente não têm sido respeitados na nossa sociedade. Diante disso, alguns cristãos reafirmaram terem autoconfiança para enfrentar as ameaças de represálias políticas.

III.2 Condicionamentos da participação dos leigos na vida sociopolítica

A pesquisa constatou que a participação dos fiéis leigos na vida social e política está condicionada por uma gama de factores socioculturais, económicos e políticos integrados, dependendo muitas vezes do grau de instrução e experiências vividas por cada pessoa.

Por conseguinte, enquanto os fiéis habitantes do meio rural geralmente negam a existência de factores que impedem a sua participação efectiva na vida sociopolítica, indicando a “laicidade do Estado”, a “liberdade de culto” e a “o “crescimento da vontade de participar na construção da pátria” como elementos que favorecem a participação dos cristãos na vida social e política, os cristãos do meio urbano apontaram a partidarização das instituições públicas como um grande entrave para a participação efectiva na vida social e política.

Na opinião de tais leigos a interferência da política partidária na vida pública gera exclusão social inclusive na Igreja sobretudo para os fiéis que não militam no partido no poder em Moçambique e manifestam a sua decepção e desagrado em relação a alguns animadores das comunidades que tendem a desviar a Palavra de Deus e tender para a política partidária, numa altura em que os leigos não confiam nos políticos e nos seus partidos. Além de obstáculos estruturais, o outro motivo indicado como impedimento para uma participação efectiva na vida social e política, da parte dos cristãos católicos, é a ignorância.

Outros factores tidos como entraves na participação efectiva dos cristãos na vida social e política são os seguintes: a fome, a miséria, o ateísmo agressivo do governo do dia que gera medo. Os entrevistados observam que “não é um qualquer capaz de fazer a denúncia, porque uma denúncia pode implicar a morte e, para ser mártir é preciso ter fé fundada, e ninguém pode ter fé fundada sem formação”. Indica-se a América Latina como o exemplo de formação cristã, materializada na formação em Teologia de Libertação, um instrumento para a libertação em todas as dimensões e nos vários sectores de actividades humanas.

Além do medo aponta-se como ulterior impedimento para a participação efectiva dos leigos na política, a falta de amparo por parte dos animadores das comunidades, bem como falhas na comunicação entre os leigos e os seus pastores: padres e bispos.

III.2.1 *Falta de compromisso com a fé*

A participação dos cristãos na vida social e política é também tida como não satisfatória, segundo alguns entrevistados, porque “as novas gerações não levam a sério o compromisso cristão, ou seja, os ensinamentos de Cristo; os cristãos, ultimamente, não se entregam totalmente na fé; o exemplo emblemático é a existência de cristãos católicos que ocupam alguns cargos políticos ou administrativos, incapazes, porém, exercerem esses cargos como cristãos católicos exemplares”.

Os entrevistados que ocupam cargos políticos ou administrativos lamentaram-se pelo facto de não serem compreendidos, inclusive pelos próprios irmãos na fé, no que se refere ao exercício das próprias funções políticas ou administrativas, e chamam a atenção sobre “a necessidade da sociedade, no seu todo, perceber que algumas orientações sobre o seu comportamento político ou administrativo são tomadas ao nível central ou provincial, e eles são simples transmissores e, por isso (na sua opinião), o mais importante é cada cidadão ocupar o próprio lugar e fazer valer a sua fé, para o bom andamento da vida na sociedade”.

A falta de compromisso com a fé cristã manifesta-se também – na óptica dos nossos entrevistados – através de certos comportamentos como a corrupção, o individualismo, a rebeldia ou a não aceitação dos ensinamentos da Igreja, a fome pelo enriquecimento rápido, o preconceito segundo o qual o cristão católico não deve pertencer a um partido político.

Os entrevistados da faixa etária dos 40 aos 70 anos de idade fazem notar a existência de uma diferença na formação catequética entre os cristãos adultos e os cristãos jovens. Apontam, depois, para a deficiência de preparação nos próprios catequistas e observam e que, não obstante o tempo exigido para a formação catequética em vista à celebração do Sacramento de Baptismo ou Crisma seja suficientemente longo, tal tempo é, muitas vezes, utilizado para a construção ou consolidação de laços humanos entre os catequizandos e o catequista, e não para o aprofundamento da fé.

III.2.2 Falta de orientação precisa da parte da hierarquia Eclesiástica

Os informantes de quase todas as categorias e ambientes sociais inqueridas, apontam como uma das razões da não participação ativa dos católicos na vida social e política do país, a falta de uma orientação clara e tempestiva em relação a como os cristãos se devem comportar numa determinada situação do interesse público.

Um dos informantes disse, por exemplo: “não senti e nem ouviu a Igreja a se pronunciar sobre o caso “chupa-sangue” com vista a ajudar a sociedade na sua desmitificação; sobre a confusão do cloro com a cólera ou sobre a prevenção de conflitos pré-eleitorais”. Para os nossos informantes, a Igreja intervém só depois de se consumir o mal ou intervém de forma seletiva nos conflitos, dando mais ênfase aos conflitos de natureza militar e calamidades naturais. Os restantes conflitos sociais não costumam merecer a atenção dos pastores.

Se sublinha a existência de falha na comunicação entre os leigos e a liderança da Igreja (Padres e Bispos), alegadamente porque os intermediários (Animadores das Comunidades) não fazem chegar as preocupações dos fiéis, sobretudo em relação aos problemas sociais e políticos.

III.2.3 Má conduta dos eclesiásticos e animadores das comunidades cristãs

Durante os trabalhos do campo os entrevistados disseram ainda que não estavam satisfeitos com os comportamentos de alguns animadores das comunidades bem como de alguns sacerdotes. No entender deles “alguns sacerdotes católicos levam uma vida não digna de um pastor e isso decepciona os crentes, por conseguinte perderam afecto em relação à Igreja e sua Missão”.

A perda de afecto desperdiça o poder de influência capaz de transformar a sociedade, factor que pode contribuir no fraco envolvimento dos leigos na vida social, política e até religioso, porque não encontram nos seus líderes espirituais uma fonte de inspiração ou referencial ideal de vida a seguir. A exigência de modelos de referência traduz a exigência de uma vida perfeita, exemplar e fiel à lei de Deus.

III.3 Factores que favorecem ou impedem a participação eficaz na vida social e política

Para aferir os factores que favorecem ou impedem a participação efetiva dos cristãos na vida social e política foi formulada a seguinte pergunta: *Na sua opinião, quais são os factores que favorecem ou impedem a participação efetiva e eficiente do cristão na vida social e política do país?*

III.3.1 Factores que favorecem a participação do cristão na vida social e política

Atinente aos factores que favorecem a participação efetiva os entrevistados apresentaram as seguintes categorias de respostas:

a) Formação cristã; ensinamentos da Igreja

A maioria dos entrevistados respondeu que o factor que mais favorece para a sua participação efetiva e eficiente na vida social e política do país é a formação cristã de base e os ensinamentos que a Igreja católica continua a difundir sobre a convivência social;

b) Espírito crítico, diálogo e consciência do bem comum

Alguns entrevistados observaram que o factor que neles favorece para a participação efetiva e eficiente na vida social e política do país é o espírito crítico, a cultura de diálogo e a existência neles da consciência do bem comum;

c) Ensinamentos do Papa Francisco, Cartas pastorais, liberdade de expressão

Na mesma perspectiva, outros cristãos responderam que os factores que mais favorecem a sua participação na vida social política são os ensinamentos do atual Papa, as Cartas pastorais e a liberdade de expressão que se vive em Moçambique. Quer dizer, as sucessivas intervenções do papa Francisco sobre a necessidade de o cristão católico envolver-se na vida política, inspiram os cristãos a engajarem-se efetivamente e eficazmente nesse sentido; concomitantemente, as Cartas pastorais abrem a visão dos cristãos sobre os seus direitos e deveres e a necessidade de serem ativos na vida política do país;

d) Intervenção da Igreja nos Processos de Paz; liberdade do exercício do poder de voto

Vários cristãos entrevistados responderam que os factores que neles favorecem a participarem efetivamente na vida social e política são as sucessivas intervenções da Igreja nos processos de paz; outros apontaram para o direito de participar nos processos eleitorais como sendo a oportunidade que eles têm de participarem ativamente nas decisões do país;

III.3.2 Factores que impedem a participação efetiva do cristão na vida social e política

Relativamente aos factores que impedem a participação efetiva e eficiente do cristão católico na vida social, os entrevistados forneceram as seguintes respostas:

a) Falta de conhecimento; falta de sensibilização da parte da Igreja

A falta de conhecimento sobre os direitos e deveres que o cristão tem na vida social e política do país foi apontada como um dos factores que impede a participação efetiva. Alguns respondentes queixaram-se também da Própria Igreja que, para eles, não sensibiliza os cristãos de modo a se envolverem efetivamente na vida social e política do país;

b) Globalização

O outro aspecto que foi apontado pelos entrevistados é a globalização. A globalização foi apontada como um factor que impede a participação efetiva do cristão na vida social e política, uma vez que muitos cristãos ocupam-se em questões materiais;

c) Défice da democracia, de justiça e de liberdade; ausência de separação de poderes

A outra categoria que mereceu a atenção da parte dos entrevistados é o défice da democracia, de justiça e de liberdade. Para estes cristãos, o défice da democracia que caracteriza o nosso país, as injustiças sociais e a falta da verdadeira liberdade são factores que lhes impedem de participar efetivamente na vida social e política do país; aliado a este factor, outros referiram-se à falta de separação de poderes (partido e Estado; poder legislativo, judiciário e executivo) como um factor que impede a participação efetiva dos cristãos na política;

d) Egoísmo e individualismo; apatia e indiferença dos cristãos fora da Igreja

Um outro factor indicado como impedimento da participação efetiva do cristão na vida social e política do país é o egoísmo e o individualismo. Para estes, existe cristãos que não têm a cultura de partilha e abertura e isto afecta o seu comportamento social, inclusive a sua função pública. Além disso, a apatia e a indiferença que alguns cristãos manifestam, também são

tidos como factores que impedem a participação efetiva na vida social e política do país. Quer dizer, alguns cristãos são indiferentes face a situações sociais e políticas, por um lado, por outro, alguns cristãos quando estão fora da Igreja não se identificam como cristãos, pautando pelos atos que atentam contra a DSI, como a corrupção, intolerância, injustiça, etc;

e) Medo de perseguição política

Um número muito significativo de informantes referiu-se ao medo como sendo o factor que impede a participação efetiva e eficiente do cristão na vida política e social do país.

III.4 Acções necessárias para uma participação efetiva dos cristãos católicos na vida social e política do país

Segundo os nossos entrevistados, para uma participação efectiva dos cristãos católicos na vida social e política do país, é necessário que se desenvolva um plano de sensibilização da comunidades cristãs sobre o seu papel a desempenhar no âmbito social e político. Dado que não constitui matéria do domínio da maioria dos cristãos, a Igreja deveria procurar incluir os temas sobre a participação na vida social e política nos vários níveis e instrumentos de evangelização, nomeadamente ao nível das catequeses, encontros comunitários (núcleos) e mesmo durante as missas dominicais, quando for oportuno e urgente: é tempo de se “promover debates sobre a vida política dentro da Igreja, abordando a situação real do país com base na imagem do próprio Cristo; despertar a mente dos cristãos sobre os deveres da cidadania e o seu papel no desenvolvimento económico do país; os cristãos devem se assumir como factores de mudança”.

Considerando que alguns princípios da DSI já são praticados por muitos cristãos e Comunidades cristãs, restaria apenas a tarefa de transmitir os fundamentos teóricos destes princípios, para que as suas ações empíricas tenham uma base doutrinária.

Um outro aspecto sugerido pelos entrevistados, na linha das acções a serem promovidas, em função do incremento da participação activa dos cristãos católicos na vida social e política do país é o diálogo intenso e permanente entre a hierarquia da Igreja e as estruturas governamentais. O Episcopado e os sacerdotes são convidados, na qualidade de representantes da Comunidade cristã, a estabelecer um diálogo permanente com as autoridades governamentais, que são os promotores de todas as actividades políticas e de políticas públicas, de modo a fazê-los acolher com carinho as inquietações dos cristãos e dos demais cidadãos, o que promoveria também a aceitação consensual das políticas a serem promovidas da partes dos governantes: “Devia haver uma aproximação entre a Igreja e os fazedores de políticas para que, de forma conjunta, trabalhassem em busca do bem da sociedade e para ultrapassar equívocos”. A vontade de participar nos diversos processos políticos não deve ser interpretada como uma afronta ou intromissão religiosa nos interesses políticos do país, mas sim, como um contributo para o bem da democracia e do desenvolvimento.

O convite feito aos Bispos e sacerdotes para serem o ponto de contacto entre os políticos e os cidadãos é alargado aos cristãos que assumem determinados cargos na política ou na administração pública porque, de acordo com alguns dos entrevistados, “para que uma participação na vida social e política seja efetiva, os cristãos políticos proeminentes devem imprimir os valores da sua fé no exercício das suas actividades políticas ou administrativas”.

Um outro aspecto indicado pelos nossos entrevistados como de utilidade para a promoção da participação dos cristãos na vida social e política é a coesão: “no seio dos cristãos deve reinar a coesão e a unidade para fazer face às injustiças e à violência política. O cristão não se deve esconder na Bíblia, deve emergir e assumir riscos, considerando que em si reina e fala Cristo; o papel de intervenção social não deve ser relegado apenas à Conferência Episcopal, através das suas cartas interventivas em várias situações políticas. É necessário que os cristãos também se unam nas suas diversas estruturas comunitárias para que, juntos, possam se fazer ouvir pelas autoridades políticas ou pela sociedade em geral”.

Por fim, os respondentes da nossa entrevista sublinham que para uma participação efetiva na vida social e política dos cristãos, é necessário vencer-se o medo de represálias e perseguições políticas.

III.5 Conhecimento sobre a Doutrina Social da Igreja

Na globalidade, os inqueridos de todas as dioceses do país revelaram ter um conhecimento muito insignificante sobre os princípios da DSI, no entanto, ao longo das entrevistas utilizavam alguns dos princípios e ensinamentos professados pela DSI, sem por isso chama-los como tais, por exemplo:

- a) Sabem que a Igreja orienta-se, especialmente, sobre a auto-compreensão que a mesma tem da sua missão junto à sociedade civil, que é a de evangelizar, a partir das transformações socioeconómicas e políticas do nosso contexto; têm conhecimento sobre o maior desafio da Igreja, o de evangelizar integralmente a pessoa humana;
- b) Os cristãos entrevistados percebem também que, desde sempre, a Igreja ensinou que o anúncio da mensagem de Cristo não pode ficar preso aos limites eclesiais; que o Evangelho deve contribuir para que o ambiente social seja um lugar de libertação plena da pessoa humana.

Seguem, aqui, algumas afirmações que revelam quanto os princípios e conteúdos da DSI são utilizados pelos nossos entrevistados, embora não tenham consciência de estarem a aplicar tal doutrina:

- “A Igreja católica tem promovido a harmonia e paz, procurado buscar a irmandade entre os Homens, independentemente das diferenças de crenças religiosas ou cores partidárias”;
- “A Igreja promove diálogo e convivência ecuménica entre diferentes religiões, evitando assim conflitos religiosos, num país laico como o nosso”;
- “A Igreja Católica tem vindo a empenhar-se para assegurar que não haja fronteiras entre seres humanos na sociedade, através do ecumenismo. Ajuda a ultrapassar as barreiras entre diferentes formas de pensar, o que simboliza a irmandade de todos os seres humanos”.
- “Acredito que, através da Igreja, há união entre diferentes povos e religiões, através do ecumenismo que promove o encontro destes”.

Quase todos os entrevistados colocaram em suas respostas valores em concordância com a DSI. Contudo, nenhuma delas se referiu à DSI diretamente, enquanto proposta teórica norteadora de sua práxis cristã, profissional, social e política, ou seja, como um referencial que sirva como base de conduta e ação, nem sequer como corpo doutrinário.

Pode-se concluir que a maioria dos católicos das dioceses pesquisadas não conhecem a designação “Doutrina Social da Igreja”, encaram-na como um conjunto de votos piedosos, sem grande ligação às duras realidades da vida social, económica e política de Moçambique. Por exemplo, houve quem disse: “Não tenho conhecimento da DSI, mas tenho participado, de vez em quando, em encontros entre diferentes religiões”; ou, “não conheço a DSI, mas alguns momentos já presenciei a convivência entre diferentes religiões e pessoas”.

Portanto, a partir da análise das respostas dos cristãos envolvidos nesta pesquisa, apesar das convergências dos seus depoimentos com os valores defendidos pela DSI, confirma-se a hipótese de partida deste estudo, a qual indicava como uma das possíveis razões de não participação dos cristãos católicos na vida social e política do país, a falta de conhecimento da DSI.

III.5.1 Ações necessárias para o incremento do conhecimento da DSI

Para os nossos entrevistados, a primeira acção a ser levada a cabo nesta matéria diz respeito à divulgação e debates sobre os princípios da DSI, a todos os níveis paroquiais. Notou-se que, na globalidade, a DSI não é conhecida pelos cristãos, embora estes pratiquem alguns dos seus princípios. Os inquiridos consideraram a doutrina como assunto para apenas cristãos instruídos. Por esta razão, muitos dos entrevistados são de opinião que esta passe a ser ensinada a partir dos núcleos, passando pelas catequese paroquiais, para permitir o acesso dos seus princípios aos demais cristãos, de forma abrangente. Esta abrangência deve pôr em conta o envolvimento de todas as idades também, sobretudo os adolescentes e jovens durante as etapas da catequese.

Um dos exemplos que resume o posicionamento da maioria dos entrevistados diz o seguinte:

Deve-se reforçar a divulgação da DSI, expandindo-a mais para os núcleos, onde os cristãos participam de forma natural e aberta. O valor desta abordagem é que os membros dos núcleos/comunidades sentem-se mais abertos em discutir e contribuir no seu contexto local e social do que no âmbito paroquial. Os crentes, a partir dos próprios núcleos, devem passar a ser monitores da disseminação da DSI. A Igreja deve considerar a possibilidade de formar os animadores para a disseminação dos conteúdos da DSI aos jovens e aos adolescentes.

Outra forma pela qual se possa incrementar o conhecimento e a vivência da DSI é a produção e divulgação de materiais informativos e explicativos dos seus princípios e ensinamentos. Os conteúdos específicos da DSI, no entendimento dos entrevistados, ainda continuam confinados em instrumentos incomuns e de difícil acesso aos cristãos católicos leigos. Um dos entrevistados, apenas para ilustrar, alude à necessidade de “produção de folhetos ou outros instrumentos acessíveis e disponibiliza-los para facilitar um abrangente conhecimento da maioria, da mesma maneira que têm feito algumas instituições públicas seculares (sobre epidemias, meio ambiente, etc.) e até criar-se um *website* onde os princípios da DSI...possam ser acedidos”.

Portanto, a disponibilização adequada da DSI em meios mais comuns e acessíveis, da mesma forma que o fazem as instituições públicas nas suas campanhas, considera-se como uma forma eficiente para a sua divulgação.

III.6. Acções necessárias para que a DSI influencie no desempenho das funções políticas e administrativas

Uma maior divulgação e ensinamento da DSI é considerada como modo melhor para influenciar positivamente no desempenho das funções políticas e administrativas daqueles cristãos que desempenham funções políticas ou administrativas. Mas, essa divulgação não deve limitar-se apenas às vias formais. No entender dos nosso entrevistados, “nós, os cristãos, devemos nos esforçar em levar a DSI ao conhecimento da sociedade em geral, vivendo e praticando os seus princípios, para que o seu benefício seja mais abrangente; pondo em prática os seus princípios em todos os lugares e momentos, e vivendo sempre os valores do cristianismo através de atos observáveis, os cristãos podem servir de espelho e transmissores dos princípios intrínsecos da DSI”.

Esta opinião está em sintonia com o pensamento de Papa Francisco (2018) na sua Exortação Apostólica *Gaudete et Exsultate* sobre a Chamada à Santidade no Mundo Actual, quando lembra a todos os cristãos que para ser santo, não é necessário ser bispo, sacerdote, religiosa ou religioso. Muitas vezes somos tentados a pensar que a santidade esteja reservada apenas àqueles que têm possibilidade de se afastar das ocupações comuns, para dedicar muito tempo à oração. Todos somos chamados a ser santos, vivendo com amor e oferecendo o próprio testemunho nas ocupações de cada dia, onde cada um se encontra. És uma consagrada ou um consagrado? Sê santo, vivendo com alegria a tua doação. Estás casado? Sê santo, amando e cuidando do teu marido ou da tua esposa, como Cristo fez com a Igreja. És um trabalhador? Sê santo, cumprindo com honestidade e competência o teu trabalho ao serviço dos irmãos. És progenitor, avó ou avô? Sê santo, ensinando com paciência as crianças a seguirem Jesus. Estás investido em autoridade? Sê santo, lutando pelo bem comum e renunciando aos teus interesses pessoais.

CAPÍTULO IV

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo é consagrado à análise e interpretação dos dados, tendo presente o facto de estarmos perante uma pesquisa qualitativa feita com base a um número limitado de entrevistas: 275 no total.

IV.1 Perfil dos entrevistados: influentes/ não-influentes

Conforme já se referiu, foram dois tipos de inquiridos: influentes (os cristãos católicos que exercem alguma função política ou administrativa importante) e não influentes (maioritariamente jovens e membros de movimentos e associações católicas). Estamos simplesmente a falar de cristãos leigos. Teve importância também a distinção entre meio urbano e periferia. A maior parte dos inquiridos ocupa a faixa etária que vai desde a idade da juventude até aos 40 anos, apesar de haver um número considerável na faixa de 41- 60 anos. Quanto ao matrimónio católico, a maior parte dos jovens ainda não o tem, enquanto uma boa parte de adultos apresenta alguma situação irregular. Quanto ao papel que os respondentes ocupam, a maior parte dos inquiridos não influentes participam ativamente dos grupos e movimentos da Paróquia/Comunidade.

IV. 2 Participação activa na vida social e política: uma experiência ambígua

Existem várias possíveis formas de participação activa do cristão católico na vida social e política do país: tomar parte das actividades do voluntariado em função da solidariedade ou do bem comum, pagar impostos, respeitar as autoridades civis, tomar parte dos comícios e outros encontros de carácter social ou político, respeitar as leis do país, votar e ser votado, preocupar-se de conhecer as políticas públicas (sua definição e implementação), controlar os programas da governação, etc.

A maior parte dos respondentes mostrou claramente que não está consciente de que tudo isto é participação na vida social ou política. Muitos pensam que participam na vida social e política somente aqueles que fazem política, ou os políticos. Por isso, pelas respostas que davam, faziam compreender que a participação consistia em tomar parte dos encontros convocados pelo partido ou pelo governo no âmbito do seu compromisso profissional ou partidário. Actividades como pagar impostos, cumprir as leis e normas da convivência social, fazer actividades de saneamento do meio, etc., não são vistas como formas de participação na vida social e política. Isto revela uma certa ignorância quanto ao sentido de participação na vida social e política; como pode revelar também um sentido redutivo do conceito de participação.

A indiferença ou o medo de participar na vida política e social, manifestado pelos entrevistados, além de um consequência do ambiente político que se vive desde a proclamação da independência, caracterizada pelo autoritarismo partidário e centralismo, pode também ser motivado pelo fraco esforço da parte dos cristãos católicos de se integrar nas dinâmicas do progresso das instituições políticas nacionais, o qual culmina na autoexclusão do empenho sobre problemas sociais, relativização das exigências da fé e dos compromissos cristãos em relação aos fenómenos sociais, relativização das injustiças sociais que mereceriam a atenção dos cristãos, inclusive nos casos em que se viola sistematicamente a lei de Deus.

Por sua vez, este comportamento, pode ser um indicador de que a formação de iniciação cristã, aprendida no período da formação catequética, não tenha sido suficiente para dotar os leigos de habilidades necessárias para assumirem convenientemente o seu papel de “sal da terra e luz do mundo”. De facto, muitas vezes, a formação catequética é mais direcionada para o alcance dos sacramentos e a transmissão de princípios básicos da moral pessoal.

Segundo o Compêndio da Doutrina Social da Igreja (2005):

O significado e valor da participação no progresso social é consequência característica da subsidiariedade, que se exprime, essencialmente, numa série de atividades mediante as quais o cidadão, como indivíduo ou associado com outros, diretamente ou por meio de representantes, contribui para a vida social, cultural, económica e política da comunidade civil a que pertence: a participação é um dever a ser conscientemente exercido por todos, de modo responsável e em vista do bem comum (p. 131-132).

Embora seja possível fazer derivar estes princípios da DSI dos Evangelhos e da tradição cristã, é preciso também reconhecer que os cristãos católicos moçambicanos nunca estiveram expostos a esta forma de ser Igreja ou de viver a própria fé. Além do facto que na tradição católica, contrariamente à tradição protestante, a conjugação entre a fé e a caridade social era pouco enfatizada, no contexto colonial (no qual se fez a implantação da Igreja em Moçambique) também havia muito pouco espaço para o fortalecimento deste modo de ser Igreja. A concepção segundo a qual o cristão católico não pode se envolver com assuntos política ganhou raízes, embora não tenha sido oficialmente ensinada em nenhum momento. Concluimos que é por isso que alguns dos inquiridos com certos cargos na política ou na administração pública, quando consideram a própria experiência pessoal e o próprio contributo, como cidadãos e como cristãos católicos, fazem distinção injustificável: O cargo político ou administrativo que exercem faz com que eles sintam a obrigação de agir consequentemente e, se necessário, para acomodar os interesses políticos. Mas quando olham para si, como simples cristãos, agem de forma diferente. Vivem uma certa duplicidade de vida, enquanto políticos e enquanto cristãos.

IV.3 O compromisso cristão na vida da paróquia/comunidade

É inútil falar do envolvimento do cristão na vida social e política sem relacioná-lo com o seu envolvimento (sua participação) no dia-a-dia da sua Comunidade ou Paróquia, pois o ser cristão vive-se na sociedade e celebra-se na Paróquia/Comunidade. A maior parte dos nossos inquiridos está empenhada em alguma tarefa na comunidade. Não participam apenas da Missa, mas também têm alguma outra ocupação que os empenha na vida da comunidade. É verdade que este dado não pode ser generalizado, pois muitos dos cristãos inquiridos, sobretudo os não-influentes, foram encontrados na sua Paróquia ou Comunidade durante o fins-de-semana. Por isso, isto já pressupõe que eles poderão ter estado ali apenas para a Missa.

É de sublinhar que entre os influentes e os não-influentes, os que mais se ocupam da vida da comunidade cristã são os não-influentes. A maioria dos que assumem certos cargos na política ou na administração pública, quando interrogados sobre o seu envolvimento na vida da Paróquia, as suas respostas indicam que participavam com frequência, anteriormente, mas a seguir à nomeação ou eleição para o cargo, agora ocupado, a sua frequência na Igreja reduziu devido à natureza do trabalho e outras atividades afins. Porém, há exceções. Só para citar dois exemplos: em Changara, na diocese de Tete, notou-se que o Diretor Distrital da Educação é também o Pai da Infância Missionária; e em Chimoio, notou-se que o Presidente do Conselho Municipal de Chimoio é também o Coordenador do Ministério de Leigos e Família.

IV.4 O fraco conhecimento da DSI pelos cristãos católicos

A DSI é um conjunto de ensinamentos que a Igreja tem como forma de contribuir para a construção duma sociedade mais justa e mais humana. O respeito pela pessoa humana e a sua dignidade, a família como santuário da vida, a participação na vida social e política (cidadania ativa e responsável), a defesa do bem comum (respeitando os princípios da responsabilidade, solidariedade e subsidiariedade), o desenvolvimento integral (de toda a pessoa, da pessoa toda e dos povos) e o destino universal dos bens são alguns dos princípios que a DSI defende.

Tantos os inqueridos que sabiam já o que era a DSI como os que só passaram a saber depois de defini-la, asseveraram que ela é importante na construção duma sociedade mais justa e mais humana. Mas esta convergência na declaração da sua importância para a edificação de uma sociedade justa e para a promoção de uma convivência pacífica é desvalidada pelo fato que muitos dos nossos entrevistados não tinham ideia do que era a DSI e, por isso, nunca a utilizaram expressamente para inspirar a sua conduta ou a sua opção social ou política. Aqueles que dizem ter já ouvido falar, identificam-na com qualquer coisa ligada à Igreja: orações, amor ao próximo, aprender a fazer o bem, cumprir os mandamentos, buscar o desenvolvimento, etc.

Os resultados desta pesquisa mostram que a pastoral social é muito fraca entre os cristãos católicos da Igreja de Moçambique ou, se existe, encontra o próprio fundamento na teologia geral da Igreja, mas não especificamente nos princípios e ensinamentos da DSI. É urgente, portanto, pensar-se em programas pastorais para a formação em matéria de DSI, sobretudo para os jovens. Esta sugestão coincide com o que os respondentes disseram quando foram interrogados sobre o que gostariam que a sua comunidade/paróquia fizesse para o incremento do conhecimento e da vivência dos princípios da DSI. Muitos dos respondentes mostraram a necessidade de formação e divulgação não só por meio de homilias e catequese, mas também por meio de criação de outros ambientes de debates, palestras, incentivos aos cristãos, presença evangelizadora da Igreja mais personalizada, atenção privilegiada aos jovens, etc., para que os cristãos católicos possam estabelecer contacto com a riqueza da DSI.

IV.5 O cristão católico e a própria experiência de cidadania

A pesquisa procurou saber também do grau de compromisso cristão que os nossos inquiridos têm diante duma sociedade em que, por um lado, os valores sociais básicos como a verdade, a liberdade, a justiça, o respeito mútuo, etc., não têm sido respeitados, e, por outro lado, assiste-se uma situação de injustiça social, violência, corrupção, tráfico, pobreza, etc. Este ponto é importante enquanto ajuda a medir a relação entre a fé e o grau de consciência do dever de cidadania que os cristãos católicos têm na sua vida social e política.

Encontramos uma certa clareza na ligação entre a fé e a consciência do dever da cidadania, pois a maior parte dos inquiridos diz esforçar-se em assumir o próprio compromisso cristão no seu dia-a-dia.

IV.6 O cristão católico e a sua participação nos pleitos eleitorais

A questão dos processos eleitorais entra como um dos principais actos através dos quais a maior parte dos cidadãos tem a possibilidade de participar ativamente na política. Realizou-se o recenseamento eleitoral que terminou no mês de Maio. No mês de Outubro, teremos as eleições autárquicas. E no próximo ano de 2019, Moçambique realiza eleições gerais

(presidenciais e legislativas). Sabendo que o voto é uma das formas de participação na vida social e política do país, achamos útil colher algumas sensibilidades dos nossos inquiridos quanto ao seu posicionamento em relação a este facto.

Na análise das respostas dadas pelos nossos entrevistados, constatou-se uma generalização da não importância do voto, o que leva as pessoas a não ir votar e até a não ir recensear-se. As razões são muito diversificadas: razões pessoais (simplesmente não querer ir votar, indiferença quanto aos resultados, o triste convencimento de que não há mudanças, etc.), razões políticas (não ir votar porque já se sabe que é o mesmo partido que sempre ganha as eleições, ausência de alternativa séria ao partido no poder, pensar que as eleições são coisas dos partidos, etc.), razões afins (falta de informação sobre os direitos de cada cidadão, desinteresse por tudo o que diz respeito à vida do país, falta de motivação para melhorar o futuro do país, exclusão social, etc.).

Mesmo assim, poucos entendem a importância de participar nas eleições por meio do voto, pois (a) aqueles que recebem o direito de exercer o poder sobre o povo devem ser legitimados pelo próprio povo, (b) o voto torna possível a alternância política, (c) quem vota tem a sensação de ter cumprido o seu dever de cidadania, que, ao mesmo tempo, é direito. Por isso, a indiferença é um mal numa sociedade em que o voto é o instrumento legitimador do exercício do poder.

Aqui também é urgente investir no incremento de programas pastorais de educação cívica das nossas comunidades cristãs à luz dos princípios da DSI que falam da participação responsável, organizando palestras ao nível das paróquias e comunidades sobre os direitos e deveres de cada cidadão.

IV.7 Síntese da discussão dos resultados da pesquisa

Na análise feita sobre os níveis de participação do cristão na vida social e política do país, por um lado, pretendia-se avaliar aquilo que tem sido a participação do cristão na vida social e política (o ser) e, por outro lado, se indagava sobre o ideal (o que deve ser a participação dos cristãos católicos). Nesta pesquisa, estes dois aspectos foram tidos em consideração. Portanto, uma parte das perguntas dirigidas aos entrevistados esteve orientada para o *status quo* da participação do cristão católico na vida social e política. Duma forma geral, deu para perceber que tal participação não é efetiva e precisa duma intervenção pastoral séria para que possa caminhar para a perfeição. E tal intervenção não deve focar-se apenas ao nível dos conteúdos, mas também ao nível da forma de transmissão.

Uma outra parte das perguntas do inquérito esteve orientada para o *que fazer?* para o futuro que queremos, para o tipo de participação social e política que queremos e esperamos do cristão católico. Isto exige maior reflexão, pois pressupõe o conhecimento mais pormenorizado da realidade.

A revisão da literatura ajudou-nos a fazer uma abordagem histórica do crescimento da consciência cristã em Moçambique e deu-nos ferramentas para a compreensão do *status quo*. Ou seja, a memória que fizemos sobre o empenho da Igreja local na vida social e política ajudou-nos a compreender que a questão de participação na vida social e política deve ser compreendida olhando para a história do nosso país nos seus diferentes momentos. Seria redutor dizer que a participação é fraca, fazendo apenas uma análise sincrónica (olhando apenas para hoje). Tal participação tem tido seus momentos altos e baixos. O principal momento alto é a década de 1940 com a Concordata e o Acordo Missionário e durante o

episcopado de Dom Sebastião Soares de Resende, na Beira. É verdade que estamos a falar de uma experiência de Igreja sob domínio colonial. Mas também tivemos as décadas de 1980 e 1990 em que temos muita produção de cartas pastorais dos bispos apelando para a paz no país. Tivemos um dos momentos mais baixos no período do Estado Novo, sob domínio marxista-leninista.

As respostas dos nossos inquiridos da faixa etária jovem, aqueles com idade até os 40 anos, desafiam-nos quanto à necessidade de implementação duma pastoral transformadora da vida social, pois o desafio é de trazer a DSI para a vida deles ao ponto de os princípios da DSI passarem a constituir critérios de julgamento entre o correto e o errado, e medida de ação em todos os domínios em que o cristão católico se encontra inserido. Não é suficiente dizer que as pessoas conhecem a DSI só porque fazem alguma actividade boa, participam, seguem alguns valores básicos da vida social ou cristã, etc. É necessário oferecer aos cristãos católicos a possibilidade de refletir sobre o seu compromisso de cidadãos responsáveis e estejam conscientes da sua vocação como “sal da terra e luz do mundo” (cf. Mt 6, 13-15). É preciso que eles estejam conscientes do seu dever “incómodo” e profético de *renunciar*, *denunciar* e *anunciar*, pois eles são sinal visível da presença do Reino de Deus na história dos homens. *Renunciar* todo o conjunto de contravalores e contratestemunho que faz dos cristãos católicos mau exemplo na sociedade; *denunciar* todos os males que impedem que na nossa sociedade haja uma vida social harmoniosa, mais justa e mais humana; e *anunciar* os valores do Reino que brotam como frutos da vivência dos princípios da DSI.

CAPÍTULO V

CONCLUSÕES GERAIS E RECOMENDAÇÕES

Do trabalho feito nesta pesquisa, é possível concluir o seguinte:

- Desde sempre – dentro do contexto eclesiológico e histórico do tempo - a Igreja em Moçambique concebeu como parte integrante da sua missão evangelizadora a pastoral social e a participação ativa e responsável nos progressos políticos institucionais. Destaca-se a pastoral social da Igreja de Moçambique particularmente na expansão da rede escolar (Escolas-Missões) e sanitária, sobretudo nos lugares recônditos onde, em certos casos, a única presença da autoridade colonial portuguesa se resumia na presença dos missionários; e mais recentemente com a criação das escolas comunitárias e Universidades de cunho católico.
- No âmbito político, durante o período da colonização, a Igreja de Moçambique destacou-se nas denúncias à discriminação dos indígenas, ao próprio sistema colonial e, nas pessoas do Bispo da Beira, Dom Sebastião Soares de Resende, do Bispo de Nampula, Manuel Vieira Pinto e de alguns Institutos religiosos, como foi o caso dos Missionários da África, dos Missionários Combonianos e dos Padres Burgos, a Igreja exigiu as reformas políticas institucionais capazes de estabelecer igualdade de direitos e deveres entre os moçambicanos-portugueses e moçambicanos-indígenas, como denunciou também as atrocidades da guerra movida pelo governo português contra as suas colônias de África que exigiam a independência. Depois da independência, até os dias de hoje, o contributo da Igreja para o progresso das instituições políticas e administrativas do país é dado sobretudo através das Cartas pastorais, Exortações pastorais ou diálogo direto com as autoridades governamentais.
- Os dois pontos aqui apresentados, embora, por um lado, testemunhem uma tradição consolidada de uma Igreja inserida na realidade social e política do país, por outro lado, revelam também a fragilidade dessa mesma inserção: o activismo na pastoral social e a intervenção nas questões políticas institucionais ficaram sempre confinados aos âmbitos clerical e de Institutos religiosos, nunca envolveu os cristãos leigos, de modo a sentirem-se com o direito e dever de tomar iniciativas.

Não obstante a presente pesquisa apresente indicadores daquilo que se poderia considerar participação dos cristãos católicos na vida social e política do país como, por exemplo, o exercício do direito de votar, a participação em algum comício ou actividades do voluntariado, a pertença a vários movimentos sociais, a partilha de ideias ou informações, a predisposição para contribuir em dinheiro ou outros bens para fins humanitários, a prática de actos de solidariedade para com os necessitados, etc., estas e outras práticas desta natureza não passam do mínimo indispensável, não particularmente para um cristão, mas para qualquer cidadão. Trata-se, portanto, de uma participação pouco satisfatória e sem aquele impacto procurado por esta pesquisa, dado que acontece de forma natural, sem nenhuma conexão programática com a identidade ou compromisso resultante do estado de baptizado e incorporado em Cristo Jesus.

Alguns cristãos participam de forma intensa na vida social e política, assumindo vários cargos políticos e administrativos mas, nestes também, não se estabelece nenhuma

conexão entre as próprias funções políticas ou administrativas com o seu ser cristãos católicos.

- Em geral, existe nos cristãos católicos a consciência de ser “sal da terra e luz do mundo”, como disse Jesus, mas falta a consciência de que o ser “sal da terra e luz do mundo” passa através de acções concretas na história. Os cristãos católicos moçambicanos revelam uma grande dificuldade em fazer uma conexão entre o ser cristão e o ser cidadão comprometido; pelo contrário, fazem, inclusive, um esforço de separar a sua religiosidade da própria vida existencial nas áreas da política, da economia, da saúde, etc. É por isso mesmo que a sua participação na vida social e política do país tem sido exígua.
- O exíguo envolvimento dos cristãos católicos moçambicanos na vida social e política do país, o que impede a cristianização da realidade política e socioeconómica, pode ser uma consequência lógica do modo como vem sendo feita a formação cristã; a formação catequética que se administra nas Paróquias pode não ser suficiente para dotar os cristãos de conhecimentos e habilidades para afrontar problemas existências à luz da Palavra e da Comunhão com Deus. É muito provável que a formação catequética esteja limitada ao aspecto formal de incorporação na Igreja, mas sem nenhuma consequência na vida prática.
- Além das deficiências na formação cristã, o conhecimento da Doutrina Social da Igreja, ou seja, daquele corpo doutrinário que devia servir para guiar o comportamento e as escolhas do cristão na sua participação ativa na vida social e política, é quase inexistente entre os cristãos católicos moçambicanos.
- Os factos e o andamento da vida social e política de Moçambique revelam que o empenho em matéria socioeconómica e política, limitado apenas à hierarquia eclesial, embora tenha produzido resultados positivos no passado, hoje, revê-se insuficiente, para cristianizar a realidade histórica. A Igreja (o povo de Deus), a exemplo de Cristo, precisa de se encarnar na história, participando ativa e responsabilmente do contexto político e social no qual estão as pessoas que ela deve alcançar com a sua mensagem evangélica. A Igreja precisa de agir socialmente, não apenas praticando obras de beneficência ou de caridade, mas expondo-se na linha da frente da batalha pela justiça social, pelas liberdades democráticas, pelos direitos individuais e pela ética em todos os níveis contra a corrupção, o crime organizado, a má administração pública, o mau uso dos recursos naturais, entre tantos outros males que enfermam a sociedade moçambicana.
- De forma resumida, poderemos dizer que a participação do cristão católico na vida social e política é um campo de intervenção pastoral ainda aberto; todavia, é urgente uma intervenção pastoral profunda e continuada, associada à novas metodologias e novas formas de intervenção pastoral, capazes de dar respostas adequadas aos desafios do contexto atual. Cabe, portanto, à própria Igreja, sobretudo à Conferência Episcopal de Moçambique (destinatária principal desta pesquisa), por meio das suas Comissões Sociais, desenhar as estratégias desse tipo de intervenção.

V.1 Considerações finais

As conclusões desta pesquisa não podem ser consideradas absolutas; representam uma abertura de campo quer para novas pesquisas como para a intervenção pastoral. No que diz respeito à abertura para novas pesquisas, considera-se a necessidade de outras pesquisas de carácter marcadamente quantitativo e localizadas em cada diocese considerando factores culturais, históricos, económicos de cada região para testar, a partir de variáveis quantitativas, as afirmações que aqui foram feitas como conclusões. É também necessário aprofundar a questão da participação na vida social e política do cristão católico em categorias específicas, tais como: jovens, mulheres, políticos militantes de partidos, etc.

No que se refere à necessária intervenção pastoral, não obstante os resultados desta pesquisa tenham a CEM como sua destinatária privilegiada, eles desafiam também os agentes da pastoral social, sobretudo as Comissões de Justiça e Paz, da Educação e das Comunicações Sociais. Tal desafio refere-se directamente ao trabalho que tais Comissões precisam de realizar no seio das comunidades cristãs para consciencializá-las da necessidade do seu envolvimento na vida social e política como uma questão de fé, e não como uma aventura infundada ou simplesmente militância partidária. Tal desafio alude também ao tipo de ferramentas teóricas e metodológicas necessárias, que as Comissões acima mencionadas devem colocar à disposição dos cristãos para melhor habilitá-los a agir como verdadeiro “sal da terra e luz do mundo” (Mt 5, 13.14).

V.2 Recomendações

As recomendações aqui alistadas representam uma convergência da opinião dos participantes deste estudo (inqueridos e pesquisadores) sobre aquilo que seria necessário fazer para se impulsionar a participação do cristão católico na vida social e político do País.

1. Dado que pela natureza da pastoral que se pretende, o seu sucesso exige uma acção conjunta de toda as Dioceses do país, recomenda-se a criação e adoção de um programa de pastoral social a ser introduzido nos vários níveis da pastoral das paróquias;
2. Para que esta pastoral social seja coerente, a Comissão Episcopal e as Comissões diocesanas de Justiça e Paz devem preparar subsídios sobre temas pertinente dos princípios e conteúdos da doutrina social, a serem utilizados na formação dos leigos dos vários movimentos paróquias e para a formação catequética;
3. Recomenda-se também que cada Comissão paroquial de Justiça e Paz tenha um programa de actividades concretas através das quais participar activamente no desenrolar dos acontecimentos socioeconómicos e políticos do lugar onde está localizada e haja também um mecanismo para a partilha sobre tais actividades com o resto dos membros da paróquia ou comunidade cristã;
4. Recomenda-se que as paróquias promovam encontros de formação sobre a DSI a vários níveis e a várias categorias (jovens, adultos, cristãos com certos cargos políticos e administrativos e cristãos sem cargos na política e na administração);
5. O episcopado e o clero diocesano e religioso devem ensinar com clareza aos cristãos que a participação na vida política e social do país não constitui uma contrariedade aos

princípios da Igreja, pelo contrário, é parte integrante do ser do cristão, como ensinam a DSI e o Evangelho;

6. Os Bispos e os Sacerdotes devem assegurar que os animadores das comunidades e outros seus colaboradores estejam coesos nas suas atitudes e comportamentos na matéria social e política, de modo a evitar uma dissonância face aos diferentes acontecimentos e circunstâncias da sociedade ou do país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1992). *Concílio Ecuménico Vaticano II: Documentos conciliares e pontifícios*. (S/D). Braga, Portugal: Editorial A.O.
- Bento XVI. (2011). Exort. Apo. *Africae Munus*. Prior Velho: Paulinas Editora.
- Boullosa, M. C. (1994). *Sebastião Soares de Resende: Primeiro Bispo da Beira – Profeta em Moçambique*. Linda-A-Velha: Portugal, DIFEL.
- CEM. (1987). *A paz que o povo quer. Carta pastoral dos Bispos Católicos de Moçambique*. Maputo.
- CEM. (1990). *A Paz exige reconciliação. Carta pastoral dos Bispos Católicos de Moçambique*. Maputo.
- CEM. (1997). *Votar é contribuir para o bem comum. Exortação pastoral dos Bispos Católicos de Moçambique sobre as Eleições Autárquicas*. Maputo.
- CEM. (1999). *Votar é servir a pátria. Carta pastoral dos Bispos Católicos de Moçambique*. Maputo.
- CEM. (2003). *Justiça e transparência nas eleições. Carta pastoral dos Bispos Católicos de Moçambique*. Maputo.
- CEM. (2017). *À tua descendência darei esta terra. Carta pastoral dos Bispos Católicos de Moçambique*. Beira.
- CPJP. (2005). *Compêndio da doutrina social da Igreja*. Principia: Libreria Editrice Vaticano.
- Durkheim, É. (1980). *Pragmatismo e sociologia*. (2ª ed.). Porto: Porto Editora.
- Gonçalves Costa, D. E. (1996). *A Obra Missionária em Moçambique e o Poder Político*, Montariol, Braga: Editorial Franciscana.
- João Paulo II. (1989). Exort. Ap. *Christifideles Laici*. Lisboa: Edições Paulistas.
- Papa Francisco. (2018). *Exortação apostólica Gaudete et Exsultate sobre a chamada à santidade no mundo atual*. Roma.
- Paulo VI. (1971). *Carta apostólica de Sua Santidade o Papa Paulo VI por ocasião do 80º aniversário da Encíclica “Rerum Novarum”*. Edição autorizada pelo Presidente da Conferência Episcopal de Moçambique.
- PCJP. (2010). *Compêndio da doutrina social da Igreja*. (6ª ed.). São Paulo: Paulinas.
- Rodrigues, A. R. (1991). *Doutrina social da Igreja: Pessoa, sociedade e Estado*. Rei dos Livros: Lisboa.
- Rush, M. (2007). *Política e società. Introduzione alla sociologia política*. Bologna: il Mulino.
- IMBISA. (1999). A voz da IMBISA no Sínodo africano. Contribuições da associação inter-regional dos Bispos da África Austral à Assembleia episcopal dos Bispos para a África. *Publicações IMBISA*, 1, 13-14.
- IMBISA. (2001). *Círculo pastoral. Estratégias para a promoção de justiça e paz. Publicações IMBISA*. 4.
- (1992). *IV Assembleia geral do episcopado Latino-Americano: Nova evangelização, promoção humana e cultura cristã*. Recuperado em <http://files.missaoagape.webnode.com.br/200000156-256ef26697/Documento%20de%20Santo%20Domingo%201992.pdf>.
- João Paulo II (1975). *Carta Encíclica Sollicitudo Rei Socialis*. Recuperado em http://www.documenta-catholica.eu/d_1987-12-30-%20SS%20Ioannes%20Paulus%20II%20-%20Sollicitudo%20Rei%20Socialis%20-%20PT.pdf.
- João XXIII. (1963). *Carta Encíclica Pacem in terris*. Recuperado em http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/edh_ enciclica_pacem_in_ terris.pdf.

Mole, I. (2009). *A reconciliação, a justiça e a paz no ensinamento da Igreja católica em Moçambique – Cartas pastorais e outros documentos da hierarquia: Bispos*. Recuperado em <http://www.nazarebeira.com/wp-content/uploads/2017/05/ST-2009-9.pdf>.

Mbilingi, G. *A Missão da Igreja em África*. https://www.ccee.eu/images/2018/SECAM/Archbishop_Mbilingi_PT.pdf.

APÊNDICES

Tipologia das perguntas de entrevista

Data da Entrevista: __/__/2018; Lugar da Entrevista: _____

Chamo-me _____, e estou a fazer uma pequena pesquisa no âmbito da Pastoral da Justiça e Paz na Diocese Pretendemos saber a sua percepção no que diz respeito ao seguinte tema: **O PAPEL DO CRISTÃO CATÓLICO NA VIDA SOCIAL E POLÍTICA EM MOÇAMBIQUE.**

A informação colhida será usada somente para fins académicos.

Desde já, agradeço a sua colaboração para o crescimento da nossa Igreja, da Ciência e do nosso país nesta área específica da atividade política.

I- Identificação do entrevistado

a) Faixa etária:()

b) Sexo: ()

1- Características dos entrevistados:

a) Agregado familiar: _____

b) Tempo de estadia no local (sempre estive aqui ou veio de outro lugar?) _____

GUIÃO DE PERGUNTAS

1. Com os Acordos de Paz, Moçambique abriu uma nova página da sua História. Para a Paz os cristãos deram o seu contributo. Na sua qualidade de cristão católico empenhado na vida política ou administrativa, acha que teria ainda um papel importante a desempenhar na vida social e política, hoje? Como? Porque?

2. Como é que olha para a participação do cristão católico na vida da social e política do país?

3. Na sua opinião, existirão factores que favorecem ou impedem a participação eficaz na vida social e política?

4. Como tem assumido (o Sr ou Sra) o seu compromisso cristão numa sociedade onde os valores sociais básicos (a verdade, a liberdade, a justiça) não têm sido respeitados?

5. O que poderia ser feito para que a sua participação na vida social e política seja mais eficiente e efetiva.

6. Hoje fala-se muito da DSI como elemento que promoveria a convivência pacífica entre os povos, além de ser um ponto de encontro entre as várias religiões. Teria algo a dizer sobre isso?

7. O que gostaria que a sua Comunidade/Paróquia/Núcleo fizesse para o incremento do conhecimento e da vivência dos princípios da DSI.

8. De que forma a DSI lhe ajuda no exercício do seu cargo político/administrativo?

9. O que seria necessário para que este património da DSI contribuísse para o bom êxito do seu trabalho, administração/ação política enquanto cristão?

10. Que mensagem deixaria para os outros cristãos católicos em relação à participação na vida social e política.

Considerações finais:

Há algo mais que você acha que deve ser considerado para compreender melhor a situação da participação do cristão católico na vida social e política em Moçambique?

Fim da entrevista: Agradeça o tempo disponibilizado, o clima aberto, partilha de informação e ideias.

Observações do entrevistador sobre o fluxo da conversa (individual, depois da entrevista)

Tabela 1: Exemplar das Características da Amostra

| | Nome | Faixa etária | | Função/cargo | |
|-----------------------------|------|--------------|--------|---------------------------|-----------------------------------|
| | | Jovem | Adulto | Na Igreja | Vida Administrativa |
| I. DIOCESE DE | | | | | |
| A. Paróquia de.... – | | | | | |
| Nr | | | | | |
| 1 | H | X | | Catequista | Administrador do Porto |
| 2 | H | | X | Animador da Comunidade | Taxista reformado |
| 3 | M | | X | Animadora da Igreja | Negociante |
| 4 | M | | X | Leiga | Funcionária Banco de Moçambique |
| 5 | M | X | | Catequista | Médica |
| 6 | H | | X | Animadora da Igreja | Funcionária do Notariado |
| 7 | H | X | | Catequista | Estudante de Medicina e Professor |
| 8 | M | X | | | Professora |
| 9 | M | | X | Catequista | Funcionária da Tecnostral |
| 10 | H | | X | | |
| 11 | M | X | | Catequista | Contabilista de uma ONG |
| 12 | M | | X | | Advogada |
| Paróquia de..... | | | | | |
| 1 | H | | X | Leigo | Professor |
| 2 | H | | X | Animador de Adultos | Funcionário do INGC |
| 3 | M | | X | Comissão da Justiça e Paz | Deputada da Assembleia Municipal |
| 4 | H | X | | Assessor do Grupo Juvenil | Administrativo da Educação |
| 5 | M | X | | Leiga | Estudante |
| 6 | H | | X | Património e Manutenção | Saneamento Município |
| 7 | H | X | | Coordenador de Jovens | Funcionário do Gov. do Distrito; |
| 8 | M | | X | | Professora |
| 9 | M | | X | | Enfermeira |
| 10 | H | | X | Animador | Professor |
| 11 | H | | X | Animador | Carpinteiro |
| 12 | H | X | | | Estudante |
| 13 | H | X | | | Estudante |
| 14 | H | X | | | Estudante |
| II. DIOCESE DE | | | | | |
| Paróquia de..... | | | | | |
| 1 | H | X | | Leigo | Jurista |
| 2 | H | | X | Leigo | Docente universitário |
| 3 | H | | X | Animador | Consultor Independente |
| 4 | M | | X | | Doméstica |
| 5 | M | X | | Catequista | Técnica de Saúde |
| 6 | H | X | | Animador de Jovens | Administrativo do Estado |

| | | | | | |
|-------------------|---|---|---|-------------------------|---------------------------|
| 7 | M | X | X | Animadora | Chefe de Recursos Humanos |
| 8 | H | X | X | Coordenador da Zona | Professor |
| 9 | H | | X | | Aposentado da Educação |
| 10 | H | | | Animador de Adultos | INGC |
| 11 | H | X | | Catequista | Administrativo |
| 12 | H | X | | | Estudante universitário |
| Paróquia de | | | | | |
| 1 | H | | X | | Professor |
| 2 | M | X | | | Professora |
| 3 | M | X | | | Doméstica |
| 4 | M | X | | | Doméstica |
| 5 | H | X | | | |
| 6 | M | | X | | |
| 7 | M | | X | | |
| 8 | M | | X | | Professora |
| 9 | H | | X | Animadora | Professora, |
| 10 | H | X | | Responsável de Acólitos | Estudante |
| 11 | H | X | | Leigo | Estudante |
| 12 | M | X | | Catequista | Negociante |
| Total: 50 | | | | | |

Tabela 2: Exemplar do Mapa de Definição dos Códigos

| Código | N ^o de vezes a que o código se repete | Definição do código |
|------------------------------|--|--|
| Satisfação / Recomendação | 38 | Expressão de um sentimento positivo do papel que o indivíduo (Cristão Católico) desempenha, e ao mesmo tempo exorta as entidades competentes e a cada cidadão em particular a trabalhar em prol do desenvolvimento sociopolítico da nação. |
| Satisfação / Conscientização | 4 | Expressão de um sentimento positivo do papel que o indivíduo desempenha na vida Social e Política e a necessidade de um trabalho cívico que ajude a mudar o atual estágio da realidade moçambicana. |
| Participação | 6 | Sentimento de inclusão social e política nos processos de tomada de decisão. Compreende o exercício e gozo dos direitos e deveres enquanto cidadão. |
| Satisfação / Participação | 4 | Expressão de um sentimento positivo do papel que o indivíduo desempenha na vida Social e Política por meio da inclusão nos processos de tomada de decisão. |
| Satisfação/ Sensibilização | 2 | Sentimento positivo em prol da mudança de consciência e tomada de novas atitudes. |
| Progresso | 1 | Reconhecimento das transformações que o país tem registado em seus vários momentos. |
| Insatisfação/Conscientização | 6 | Sentimento de repulsão que torna o cristão católico mais distante da sua fé. Mas ao mesmo tempo toma consciência do seu papel no processo de transformação da sua comunidade. |
| Satisfação/ Caridade | 1 | Acto pelo qual o cristão católico se identifica na satisfação das necessidades básicas do próximo. |
| Neutralidade/ Recomendação | 2 | Atitude de desinteresse e indiferença nos assuntos sociais e políticos do País. Por outro lado, recomenda a separação de poderes. |
| Dúvida | 3 | Ato pelo qual se exerce ou se faz alguma coisa sem uma mera certeza. |
| Satisfação | 132 | Sentimento positivo que se traduz na aceitação do valor do trabalho feito pela Igreja e pelo cristão católico. |
| Insatisfação | 78 | Sentimento negativo que se traduz na angústia, frustração e inquietação |

| | | |
|-----------------------------|-----|---|
| | | permanente que o cristão católico sente perante os valores do trabalho feito pelas instituições. |
| Satisfação / Insatisfação | 21 | Sentimento positivo que se traduz na aceitação do valor do trabalho feito pelas instituições por um lado. Por outro, corresponde a um sentimento negativo que se traduz na frustração e inquietação permanente que o cristão católico sente perante os valores do trabalho feito pelas instituições. |
| Recomendação | 154 | Ato de exortar as entidades competentes e a cada cidadão em particular a trabalhar em prol do desenvolvimento sociopolítico da nação. |
| Conscientização | 8 | Ação de mobilizar aos cristãos católicos no sentido de se envolverem de forma ativa na vida social política do País. |
| Conscientização | 5 | Educação para a transformação sociopolítico da nação. |
| Sensibilização | 1 | Ato de persuadir aos cristãos católicos no sentido de aderir e a viver os factos políticos e sociais como parte fundamental de aprofundamento e engrandecimento da sua fé. |
| Neutralidade | 15 | Sentimento de indiferença e desinteresse pela vida política e social. |
| Caridade | 3 | Ação de benevolência e humanidade que deve caracterizar a vida de um cristão católico como parte integrante da sua fé. |
| Participação / Insatisfação | 1 | Sentimento de inclusão social e político nos processos de tomada de decisão. Compreende o exercício e gozo dos direitos e deveres enquanto cidadão. Por outro está imane um sentimento negativo que se traduz na angústia, frustração e inquietação permanente que o cristão católico sente perante os valores do trabalho feito pela Igreja e pelo cristão católico. |
| Insatisfação / Recomendação | 7 | Sentimento negativo que se traduz na angústia, frustração e inquietação permanente que o cristão católico sente perante os valores do trabalho feito pelas instituições; razão pela qual se exorta as entidades competentes e a cada cidadão em particular a trabalhar em prol do desenvolvimento sociopolítico da nação. |
| Insatisfação / Neutralidade | 5 | Sentimento negativo que se traduz na angústia, frustração e inquietação |

| | | |
|---------------------------|---|---|
| | | permanente que leva os cristãos católicos a se desinteressarem e a ficarem indiferentes com a vida política e social. |
| Satisfação / Neutralidade | 5 | Sentimento positivo que compreende a aceitação do valor do trabalho feito pela Igreja e pelo cristão católico, mas ao mesmo tempo, persiste neste, uma atitude de indiferença e desinteresse pela vida política e social. |
| Solidariedade | 1 | Corresponde a uma atitude de fraternidade entre irmãos independentemente da cor, raça, etnia, religião e condição social. |
| Conformismo | 1 | Atitude de aceitar a realidade tal como ela é, mesmo contra a sua crença. Também corresponde a atitude de aceitar ou admitir o jeito como uma realidade se apresenta como sendo a melhor forma possível. |

| | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|--|--|---|----|----|---|----|--|--|--|--|--|--|--|--|--|----|
| Desesperação (a maioria caem na riqueza) | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | 01 |
| Cooperação (dinamismo/vários contributos que os cristãos para a sociedade) | | | 2 | | | | 1 | | | | | | | | | | 01 |
| Relativismo (depende de...) | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | 01 |
| Isenção (não deveria haver) | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | 02 |
| Abominação (medo de ...) | | | | | 02 | | | | | | | | | | | | 02 |
| Fanatismo (gosto partidário) | | | | | | | I | | | | | | | | | | |
| Individualismo | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Corrupção (uso de influências) | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <u>Descontentamento</u> (que não mostra conhecimento) | | | | 02 | | | | | | | | | | | | | |
| Abominação (medo, Limitação (não tem argumento) | | | | | 02 | | 01 | | | | | | | | | | 01 |
| Liberdade | | | | | 01 | | | | | | | | | | | | 02 |
| | | | | | 01 | | | | | | | | | | | | 3 |
| | | | | 01 | | | | | | | | | | | | | |
| 5.Cetismo (não sou que vou me classificar) | | | 1 | 01 | 2 | 1 | 4 | | | | | | | | | | 01 |
| Perfeição (boas obras, solidariedade, ajuda mutua | | | 3 | | | | | | | | | | | | | | 14 |
| | | | | 03 | | | | | | | | | | | | | |

Tabela 4: Exemplar de Definição de Códigos sobre o que os Entrevistados Pensam que se Poderia Fazer para Garantir Uma Participação Eficaz dos Cristãos Católicos na Vida Social e Política do País

| Meio | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|------------|---|------------|---|------------|---|------------|---|------------|---|------------|---|------------|---|------------|---|-------|----------|
| Cód.e definição | Urbano | | | | | | | | Rural | | | | | | | | Pont. | |
| | CFP | | | | SFP | | | | CFP | | | | SFP | | | | | |
| |] 20 - 35[| |] 36 - 70[| |] 20 - 35[| |] 36 - 70[| |] 20 - 35[| |] 36 - 70[| |] 20 - 35[| |] 36 - 70[| | | |
| | H | M | H | M | H | M | H | M | H | M | H | M | H | M | H | M | | |
| 6. Acarinhamento (dar força, acompanhamento) | | | | 1 | | 2 | | | | | | | | | | | | 03 01 |
| Culpabilização (se pagassem as dividas ocultas...) | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Oração | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Limitação (não tenho palavras) | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Partilha (encontros, debates, diálogo,) | | | | | | | | | | | | | | | | | | 01 |
| Determinação (mostrar as pessoas que o católico não sinonimo de oposição) | | | | | | | | | | | | | | | | | | 01 |
| Comparação | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Decepção (os padres perderam afecto com...) | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Insatisfação (não sinto o que os jovens fazem...) | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Criatividade (criação de grupo de jovens para ...) | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Evangelização da política | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | 01 |
| Advertência (os padres | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

| | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|--|----|----|----|----|----|----|----|--|--|--|--|--|--|--|----|
| devem servir de exemplo.) | | | | 1 | 01 | | | | | | | | | | | 01 |
| | | | | | 02 | | | | | | | | | | | 01 |
| | | | | | 01 | | | | | | | | | | | 01 |
| | | | | 1 | 01 | | | | | | | | | | | 02 |
| | | | | 1 | | | | | | | | | | | | 02 |
| 7. Incerteza (falta de clareza, duvida no que diz: ouvi falar mas não sei o que é) | | | | | 2 | | 3 | | | | | | | | | 04 |
| Desconhecimento (não tenho algo a dizer...) | | | | | | | 3 | | | | | | | | | 05 |
| Afirmção (compreender) | | | | | 03 | | | | | | | | | | | 07 |
| Isenção | | | | | 03 | | | 01 | | | | | | | | |
| 8. Iluminação (lhe força de ...) | | 01 | | | 09 | | | 03 | | | | | | | | 13 |
| Limitação | | | | | 03 | | | | | | | | | | | 03 |
| 9. Divulgação | | | | 03 | 01 | 03 | 1 | 02 | | | | | | | | 09 |
| Unidade | | | | | | | | | | | | | | | | 01 |
| Limitação | | | | | 04 | 2 | | | | | | | | | | 05 |
| Determinação | | | | | | | | | | | | | | | | 01 |
| Accessibilidade do DSI | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 10. Limitação | | | 02 | 01 | 05 | 04 | 02 | 01 | | | | | | | | 12 |
| Divulgação | | | | | | | 03 | | | | | | | | | 04 |
| Vendas solidárias (vendas simbólicas de materiais ...) | | | | | | | | | | | | | | | | |

Tabela 5: Exemplar da Definição dos Códigos sobre as Aspirações dos Cristãos Católicos em Relação à Participação na Vida Social, Política e Eclesiástica

| Meio | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|------------|----|------------|---|-----------|----|------------|----|------------|---|------------|---|------------|---|------------|---|-------|
| Cód.e definição | Urbano | | | | | | | | Rural | | | | | | | | Pont. |
| | CFP | | | | SFP | | | | CFP | | | | SFP | | | | |
| |] 20 - 35[| |] 36 - 70[| |]20 - 35[| |] 36 - 70[| |] 20 - 35[| |] 36 - 70[| |] 20 - 35[| |] 36 - 70[| | |
| | H | M | H | M | H | M | H | M | H | M | H | M | H | M | H | M | |
| 11. Mobiliza (vamos participar...) | | | | | 01 | 2 | 02 | | | | | | | | | | 05 |
| Petição | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Desesperança (se não fosse...) | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Acarinhamento | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Culpabilização | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Segregação (cada um deve estar no seu canto.) | | 01 | | | | | | | | | | | | | | | 01 |
| Cooperação (cada um deve vivificar a sua fé) | | | | | | | | | | | | | | | | | 01 |
| Apelo (chamaria a todos os católicos ...) | | | | | 02 | | | | | | | | | | | | 02 |
| Bondade (ter amor ao próximo...) | | | | | 01 | 01 | 01 | 03 | | | | | | | | | 04 |
| União | | | | | | | | | | | | | | | | | 01 |